

Jacob (J.) Lumier

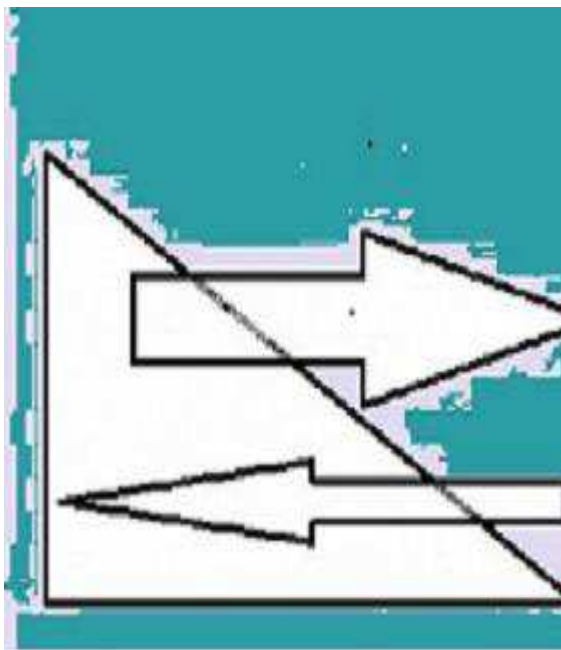
O Conhecimento na Realidade Social



ssf / 1410

ssf / rio

O CONHECIMENTO NA REALIDADE SOCIAL



JACOB (J.) LUMIER

O Conhecimento na Realidade Social

Tópicos de Sociologia

Autor: Jacob J. Lumier

Editor: Bubok Publishing S.L.

- Madrid, Espanha

ISBN:

Creative Commons



O Conhecimento na Realidade Social:Tópicos de Sociologia de [Jacob \(J.\) Lumier](#) está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](#). Baseado no trabalho disponível em <http://www.leituraslumierautor.pro.br/>.

Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em <http://www.bubok.es/autores/carlusmagn>.

Ficha de catálogo

Lumier, Jacob (J) [1948]:

" O Conhecimento na Realidade Social"

Tópicos de Sociologia

Editor: Bubok Publishing S.L., Madrid

ISBN:

Janeiro 2016, 95 págs.

Notas, bibliografia e Índice analítico (sumário)

Produção de e-book:

Websitio Leituras do Século XX – PLSV:

Literatura Digital

<http://www.leiturasjumierautor.pro.br>

1. Comunicação Social. 2. Teoria Sociológica

I. Título.

©2016 by Jacob (J.) Lumier

Alguns Direitos Reservados



O CONHECIMENTO NA REALIDADE SOCIAL

Tópicos de Sociologia

Por



JACOB (J.) LUMIER

Autor de Ensayos Sociológicos con trabajos difundidos junto a la Web de la Organización de Estados Iberoamericanos para la educación, la ciencia y la cultura – OEI



Websitio Produção Leituras do Século XX

– PLSV: Literatura Digital

<http://www.leiturasjлумierautor.pro.br>

Rio de Janeiro, Janeiro 2016

ssf / rio

O Conhecimento na Realidade Social
Jacob (J.) Lumier

Resumo (Abstract)

Esta pequena obra aplica a mirada diferencial, põe em relevo a consciência coletiva e contribui para superar o preconceito contrário a sociologia do conhecimento de que haveria uma estrutura lógica na base das sociedades.

Em face da confusão com a gestão dos arquivos eletrônicos, afirma o caráter humano do conhecimento de que fazemos a experiência nos debates, avaliações e reflexões dos temas coletivos reais, em vista de informar sobre as noções mínimas para a compreensão da sociologia do conhecimento atual.

ssf / rio

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO: A Variabilidade Como Critério.....	19
PARTE 1: A Tecnologia, A Indústria Cultural E O Conhecimento.....	23
Os Juízos Cognitivos	24
Ciências da cognição e sociologia	26
Os símbolos Sociais e o problema da comunicação.....	28
A consciência coletiva e a consciência individual.....	29
As Classes do Conhecimento - I.....	30
O saber como regulamentação social.....	34
As categorias lógicas são sociais.....	38
PARTE 2: Sentimento Coletivo E Conhecimento	41
A psicologia interpessoal no sentimento coletivo.....	42
A Imitação e as Relações com outrem	44
Imanência recíproca e implicação mútua.....	46
Gestalttheorie e Sociologia.....	48
O Critério científico da sociologia	51

A concepção conservadora.....	52
PARTE 3: O Preconceito Contra A Sociologia Do Conhecimento.....	57
Diversidade dos modelos de verificação.....	58
A dimensão sociológica da linguagem.....	59
Mito e conhecimento.....	61
PARTE 4: As Classes Do Conhecimento – II..	63
O conhecimento técnico.....	64
Técnica e Tecnologia.....	65
Tecnificação e Sociologia.....	67
Posicionamento realista.....	69
O conhecimento científico e seus coeficientes sociais.....	71
História e sociologia.....	73
Técnica e Tecnificação.....	74
Tecnificação e sintaxe.....	76
Desenvolvimento das expectativas.....	77
A mirada diferencial.....	78
Perfil do autor.....	81
NOTAS.....	83

O Conhecimento na Realidade Social
Jacob (J.) Lumier

Epígrafe

“as categorias lógicas são sociais em segundo grau... não só a sociedade as institui, mas constituem aspectos diferentes do ser social que lhes servem de conteúdo... O ritmo da vida social é que se encontra na base da categoria do tempo; é o espaço ocupado pela sociedade que forneceu a matéria da categoria do espaço; fora a força coletiva que criou o protótipo do conceito de força eficaz, elemento essencial da categoria de causalidade... O conceito de totalidade é a forma abstrata do conceito de sociedade”(Durkheim)

esf / rio

APRESENTAÇÃO

1). *Muitos criticam a sociologia e lhe atribuem apressadamente a ideia utilitarista e produtivista de que a vocação do homem é produzir, fazendo da técnica e da tecnologia o principal instrumento de sua emancipação. Não é bem assim. O caráter histórico da sociologia, afirmado em sua vinculação à sociedade industrial, por Saint-Simon, não se restringe em valorizar o desenvolvimento das forças produtivas, mas releva da confiança na realização de obras, que marca os séculos modernos, e implica afirmação da consciência da liberdade humana.*

A compreensão pragmática do saber, cultivada pelo sociólogo, leva a enfrentar os desafios de hoje em dia, notadamente, a compreensão restrita de que o conhecimento se resume na habilidade manuseada quando estamos ao computador, esquecidos que as habilidades são estudadas em sociologia como um aspecto de uma classe do conhecimento, no caso o conhecimento técnico.

Adentrar a internet adquiriu tal alcance que nos faz lembrar o frisson do filme em três dimensões dos anos sessenta, quando as pessoas iam ao cinema para

maravilharem-se com a experiência dos óculos bicolores, e impressionarem-se com as imagens espacializadas que deles brotavam.

Vê-se por aí que, cada vez mais, se imagina a realidade do conhecimento pelo prisma da Web, como o quid emergente através dos portais da rede de redes. O conhecimento é confundido aos próprios arquivos eletrônicos que se podem administrar e gerir pelo exterior como qualquer recurso industrial.

Por esse modo exteriorizado vê-se cada vez menos o caráter humano do conhecimento, de que fazemos a experiência nos debates e nas reflexões dos temas coletivos reais, como se a linguagem pura dos algoritmos houvesse gerado o simbolismo vazio de uma sintaxe lógica prévia, como exigência suposta para aceder ao conhecimento.

2). Certamente, tal sugestão visando redirecionar a sociologia em proveito da tecnologia pode ser associada notadamente às chamadas "ciências da cognição", cujo aproveitamento das novas técnicas visuais da neurociência fez crescer seu prestígio e influência, difundindo-se a falsa suposição de que, ao examinar o funcionamento do cérebro, a neuropsicologia seria capaz de visualizar os processos mentais ou, pelo menos, exercer uma observação muito próxima disso. Tal o engano desejado.

Em realidade esse desiderato não se verifica. Os processos mentais não podem ser diretamente observados, mas apenas constatados por inferência e de modo retroativo.

A neurociência não alcança a visualização dos fatos mentais, tais como a simbolização ou o aprendido, mas somente de seus correlatos fisiológicos.

Utilizando aparelhos como os de ressonância magnética e de tomografia, observa somente aquilo que acontece no organismo enquanto os processos mentais se desenrolam.

3). Navegando contra tal corrente utilitarista, projetada sobre a tecnificação do saber, o sociólogo examina o conhecimento a partir da realidade social de conjuntos, sem adotar por princípio a subordinação dos homens às máquinas.

Note-se que não se trata aqui apenas do conhecimento científico, mas, como fato social, o conhecimento é praticado em todo o juízo que pretenda afirmar a verdade sobre alguma coisa – verdade como simples correspondência da experiência e dos fatos. Por conhecimento devem entender "os atos mentais em que se combinam a experiência imediata e mediata em diferentes graus com o juízo" ⁱ. Intuições e juízos diferenciados nas avaliações, debates e reflexões dos temas coletivos reaisⁱⁱ.

Há classes diferenciadas do conhecimento, variando com eficácia em função dos Nós-outros, grupos, classes sociais e sociedades globais ⁱⁱⁱ. O método e a atividade do sociólogo têm foco no pluralismo efetivo da realidade social, com alcance prestante para descobrir e descrever os aspectos que escapam ao domínio do utilitarismo doutrinário.

Lembra que tal orientação diferencial aqui observada, tem ascendência no histórico da sociologia. Sociólogos notáveis como Durkheim manifestaram recusa da "utilidade" como valor normativo, critério último das ações humanas, e base mensurável de análise das questões políticas, sociais e econômicas. Desta sorte, é válida a atitude intelectual que, reconhecendo

a especificidade da consciência coletiva, se opõe a toda tentativa de estabelecer um absoluto com imposição aos fatos sociais ¹.

Palavras-chave: comunicação, conhecimento, consciência, experiência, equação existencial, história, psicologia, psiquismo, quadros sociais, sociologia, tec-nificação, temas coletivos.

¹ O presente artigo é um resumo dos seguintes livros do autor: (a) **Curso de Sociologia do Conhecimento – Texto 01**: Comentários Críticos e Observações de Leitura, ensaio, 101 páginas, Bubok, Julho 2013, ISBN eBook em PDF: 978-84-686-4516-2; ISBN Acabado em rústica: 978-84-686-4515-5; (b) **Curso-de-Sociologia-do-Conhecimento-Texto-02**: Bubok, 133 págs, Agosto de 2013, Obra registrada no Safe Creative; (c) **Curso de Sociología do Conhecimento – Texto 03**: Bubok., 126 págs, Novembro 2013, Obra registrada no Safe Creative.

INTRODUÇÃO: A Variabilidade Como Critério.

Todo o mundo sabe que os indivíduos mudam de atitude em função dos grupos aos quais pertencem. Os papéis sociais que assumem ou os personagens que encarnam mudam segundo os círculos sociais diferentes a que pertencem.

Um pai ou um marido muito autoritário, por exemplo, pode, simultaneamente, desempenhar o papel de um colega particularmente atencioso.

Em cada grupo, um indivíduo desempenha um papel social diferente: é ajustador, vendedor, professor..., por outro lado, esse mesmo indivíduo pode desempenhar, nesses grupos, papéis umas vezes sem brilho, outras vezes brilhantes; umas vezes subordinados, outras vezes dominantes; os mesmos indivíduos e os mesmos grupos podem, segundo estruturas e conjunturas sociais variadas, desempenhar papéis muito diferentes e até opostos. Dentre outras, essas variações indicam somente alguns aspectos do pluralismo social efetivo da realidade social, que constitui o pano de fundo deste ensaio.

A falsa crença de que há uma estrutura lógica na base das sociedades defronta-se ao fato de que, deslocando toda a suposta coerência prévia, na realidade social, há as diversas perspectivas possíveis e até antinômicas que são postas para uma sociedade em vias de se fazer.

A sociedade está sujeita a flutuações e até aos movimentos cíclicos, e o progresso retilíneo em direção a um ideal particular, tomado como um movimento constante, não pode valer mais do que para períodos determinados, – em outros períodos a sociedade pode orientar-se em sentido oposto ao ideal, ou por um ideal completamente diferente.

Para o sociólogo que cultiva a mirada diferencial, o principal critério dos materiais empíricos é a variabilidade: os agrupamentos particulares mudam de caráter e não apenas de posições; assumem identidades e diferenças não assumidas em tipos ou subtipos de sociedades diferentes. Na medida em que participam da mudança em eficácia que se opera no interior das estruturas, os grupos, mais do que se deslocarem conforme trajetórias apenas exteriores, se movem nos tempos sociais^v.

As formas de sociabilidade, os grupos, as classes sociais, mudam de caráter em função das sociedades globais em que estão integrados; inversamente, as sociedades globais se modificam de cima a baixo sob a influência da mudança de hierarquia e de orientação das primeiras ^v.

As ilusões trazidas pela confusão com a filosofia da história se encontram favorecidas pela ocorrência de um erro lógico fundamental que é a falta de distinção entre os juízos de realidade e os juízos de valor. Desse erro decorre a confusão, pois em vez de explicar os desejos a partir da realidade social, constrói-se a realidade social em função desses desejos.

Os juízos de valor são as aspirações, os desejos e as imagens ideais do futuro, e formam um dos patamares da realidade social em seu conjunto, de tal sorte

que o progresso em direção a um ideal (filosofia da história) só pode intervir, na análise sociológica, unicamente em vista de integrar esse progresso ideal em um conjunto de fatos sociais que a análise se propõe explicar.

ssf / 1410

ssf / rio

PARTE 1: A Tecnologia, A Indústria Cultural E O Conhecimento

Do ponto de vista da variabilidade, quando falamos de um novo paradigma de construção do conhecimento, não devem exaltar o fato de que as tecnologias de informação e comunicação - TICs possibilitem ao conhecimento técnico ser construído em seus conteúdos lógico-numéricos pelas próprias ferramentas tecnológicas, como os computadores construindo computadores e os robôs construindo robôs.

Trata-se de que, ao quebrar-se o elo convencional em torno da função de fazer o conhecimento / informação / mensagem chegar ao consumidor, a difusão desse conhecimento disponibilizado na indústria cultural passa a sofrer os efeitos das redes de redes (Web), de tal sorte que o compartilhamento do conhecimento disponibilizado na Internet tem sido a base da inovação e da produção de novos conhecimentos.

A noção de construção passa a ter o sentido preciso de que o conhecimento / informação / mensagem não é mais imposto desde cima pela indústria cultural, mas o usufruto do mesmo, como conteúdo impresso, gravado socialmente, ou comunicado, resulta do círculo dos administradores e usuários das novas tecnologias da informação, sobretudo do compartilhamento e das trocas entre os particulares, incluindo notadamente as redes de redes P2P ^{vi}.

Admite-se, então, que esse conhecimento / informação / mensagem assim difundido e desfrutado em redes de redes, introduz novas referências para a compreensão dos papéis sociais na indústria cultural.

Por sua vinculação direta aos meios tecnológicos de difusão da informação, ou como extensão desses meios, sobretudo pela magnitude do seu volume e rapidez, tais conhecimentos em redes adquirem um valor econômico próprio que antes não se verificava ^{vii}.

Tal a razão pela qual alguns assinalam a importância de uma “noção tecnológica do conhecimento” e sugerem que a sociologia do conhecimento deveria concentrar-se primordialmente nos aspectos vinculados ou diretamente impulsionados pela tecnologia, como o desenvolvimento das habilidades tecnicizadas.

Os Juízos Cognitivos

Por contra, de modo semelhante às disciplinas que estudam as demais obras de civilização, e tendo em conta que a especificidade de seu objeto sejam os juízos cognitivos – pretendem afirmar a verdade sobre alguma coisa, verdade como simples correspondência da experiência e dos fatos –, a sociologia do conhecimento se desenvolve em conjunto com a sociologia do direito e da moral justamente porque pressupõe os juízos de realidade.

Os juízos cognitivos estão na base das mais diversas habilidades, tais como “utilizar uma chave para abrir ou fechar portas”; “conduzir um automóvel no tráfego”, “identificar e classificar as músicas que se deseja ouvir”, etc. Por sua vez, reconhecer uma pessoa

ou um grupo diferente de si, descrever seus procedimentos, sua maneira de ser e agir, implicam os juízos de realidade.

Os juízos de realidade se referem ao fato de que a realidade é sempre de alguém, e pode se afirmar em um quadro social como minha, sua, nossa realidade; como a realidade de outrem (dele), de um grupo, de uma classe, de uma sociedade.

Embora se efetue mediante os símbolos sociais, toda a comunicação social acontece em estado de realidade, e os indivíduos e os grupos, em seu conhecimento perceptivo do mundo exterior ^{viii}, estão a todo o momento formulando juízos de realidade para poderem comunicar.

Assim, “utilizar uma chave para abrir ou fechar portas”, “conduzir um automóvel no tráfego” etc., implicam certamente os juízos cognitivos (no caso, a experiência de afirmar a verdade de que as portas são abertas e fechadas mediante a utilização de chaves), mas, implicam igualmente o reconhecimento de nossa realidade como viventes em uma civilização técnica e integrados na respectiva mentalidade racional (as coisas são percebidas com o filtro das relações de meios e fins), onde a habilidade de utilizar as chaves como simples ferramentas e não objetos de devoção pode ter lugar, em diferença dos tipos tradicional e carismático, de que tratou Max Weber^{ix}.

Desta forma, em razão de pressupor os juízos de realidade, base de eficácia das obras de civilização como regulamentações sociais ^x, decorre a mencionada definição da tarefa primordial da sociologia do conhecimento, a saber: pôr em relevo as correlações

funcionais entre os gêneros do conhecimento e os tipos de quadros sociais em que são atualizados ^{xi}.

Ciências da cognição e sociologia

Certamente, a sugestão que visa redirecionar a sociologia em proveito da tecnologia, com a finalidade de estudar as habilidades tecnicizadas ^{xii}, pode ser associada, notadamente, às chamadas “ciências da cognição”, cujo aproveitamento das novas técnicas visuais da neurociência fez crescer seu prestígio e influência, difundindo-se a falsa suposição de que, ao examinar o funcionamento do cérebro, a neuropsicologia seria capaz de visualizar os processos mentais ou, pelo menos, exercer uma observação muito próxima disso. Tal o engano desejado.

Em realidade esse desiderato não se verifica. Os processos mentais não podem ser diretamente observados, mas apenas constatados por inferência e de modo retroativo.

A neurociência não alcança a visualização dos fatos mentais, tais como a simbolização ou o aprendizado, mas somente de seus correlatos fisiológicos.

Utilizando aparelhos como os de ressonância magnética e de tomografia, observa somente aquilo que acontece no organismo enquanto os processos mentais se desenrolam.

A finalidade da psicologia é a descrição, a explicação, a previsão e o controle do desenvolvimento do seu objeto de estudo. Se os processos complexos como a simbolização (cada coisa tem um nome) ou o

aprendizado, incluídas as operações lógicas, não podem ser diretamente observados, mas apenas inferidos, torna-se o comportamento de um indivíduo o alvo principal dessa descrição, explicação e previsão.

Acontece que as consciências individuais não se afirmam isoladamente, mas são intercomunicadas.

A comunicabilidade é um diferencial da sociologia do conhecimento e pode ser resumida no fato de que, nas profundezas mais íntimas do Eu, encontramos a consciência coletiva e, inversamente, vemos que é nos estados mais intensos que as consciências coletivas deixam de exercer a menor pressão sobre as consciências individuais que nelas participam. É o princípio das consciências intercomunicadas que o pioneiro da sociologia do conhecimento Karl Mannheim perquiriu, mas fracassou em formular, devido a influência da filosofia da história e do hegelianismo ^{xiii}.

Na época em que Karl Mannheim elaborou a sociologia do conhecimento (os anos de 1930) não havia acontecido a experiência das Tecnologias de Informação e Comunicação. A extensão massiva do capital ao setor chamado terciário e as transformações ligadas à terceira revolução industrial (automatização, informática), que produziram uma industrialização generalizada de todos os setores da atividade humana, só acontecerão depois dos anos 1950.

O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs torna atual o problema da comunicação social, cujo equacionamento deve ser renovado. Não se trata mais de fazer a sociologia dos meios de comunicação, simplesmente, mas elaborar uma releitura dos conhecimentos sociológicos desde o ponto de vista do problema da comunicação social.

Os símbolos Sociais e o problema da comunicação

Desta forma, a sociologia encontra-se em medida de oferecer um estudo explicativo do conhecimento bem mais completo do que não poderiam fazê-lo as orientações reducionistas. Nessas, deixa-se de lado o fato de que não há comunicação fora ou pelo exterior do psiquismo coletivo, enquanto que, em sociologia, tal assertiva é básica e cabe repercuti-la: as consciências individuais não se afirmam isoladamente, mas são intercomunicadas. Há implicação mútua na ligação entre o psiquismo individual, o psiquismo interpessoal e o psiquismo coletivo.

Ao constatar que no psiquismo coletivo tem lugar uma fusão prévia das consciências (assegurando a mesma significação aos signos e aos símbolos, como, p.ex., às palavras de uma língua), nota-se que o psiquismo interpessoal ou intergrupar implica os dois outros. Se esse psiquismo interpessoal é afirmado em suas manifestações na comunicação, nenhuma comunicação pode ter lugar fora do psiquismo coletivo.

Ao mesmo tempo, são os psiquismos individuais que comunicam - o que supõe sua diferenciação tanto quanto sua fusão. Daí porque o sociólogo insiste em não separar os três psiquismos ^{xiv}.

Todo o conhecimento é comunicável mediante os mais diversos simbolismos sociais, incluindo a língua de um povo, de tal sorte que a existência dos conhecimentos coletivos e suas hierarquias ou sistemas é preponderante em sociologia.

Certamente, devem pôr em relevo o aspecto dialético no estudo da função mediadora dos símbolos,

a saber: a relação do símbolo ao conteúdo simbolizado, entendido este como lugar desejado, significação em ausência, mostra-se uma relação necessariamente plena de ambiguidades.

Embora os símbolos sejam, como os signos o são, substitutos que invocam ausências e que servem de mediadores, o fazem de maneira bem mais complexa e dialetizada do que os signos, já que essa mediação à qual servem, consistindo em orientar para a participação mútua dos agentes no simbolizado (lugar desejado) e reciprocamente, mostra que, na definição sociológica, a característica essencial dos símbolos consiste em "revelar velando e em velar revelando"^{xv}.

Se os símbolos fossem substitutos assim tão claros como são os signos se confundiriam com estes, ao passo que os símbolos expressam as ausências invocadas apenas parcialmente, de maneira que o lugar desejado nunca é inteiramente direcionado nos símbolos, mas é apenas uma participação mútua.

A consciência coletiva e a consciência individual

Pode ver que, diferente das mencionadas "ciências da cognição", o sociólogo realista elabora sua mirada seguindo o ensinamento de Durkheim que, já na primeira metade do século XX, juntamente com os colaboradores da revista *L'Année Sociologique*, fundada em 1898, colocou em relevo a existência de memórias coletivas múltiplas, acentuando que as consciências individuais se revelam desse modo interpenetradas.

Em debate com Gabriel Tarde (1843 – 1904), ao insistir que não se pode desconhecer a descontinuidade e a contingência que diferenciam as esferas do

real, Durkheim se posiciona sobre a referência das funções cerebrais na vida da consciência.

Em seu estudo sobre *Les Représentations Collectives et les Représentations Individuelles*, estudo posteriormente inserido na sua obra *Philosophie et Sociologie*, pressentindo a dialética ao argumentar por analogia sobre a autonomia relativa nas relações entre a consciência coletiva e a consciência individual, deixa claro sua recusa em reabsorver a consciência coletiva nas consciências individuais nos dizendo que isto equivaleria a reabsorver o pensamento na célula e retirar à vida mental toda a especificidade.

Certamente, já se sabe hoje em dia que a descontinuidade diferenciando a consciência individual das células do cérebro não é idêntica àquela que diferencia a consciência coletiva da consciência individual. Apesar de suas variadas implicações, o psíquico e o biológico ou orgânico pertencem a esferas do real mais ou menos disjuntas, admitindo sobreposição, enquanto que, pelo contrário, a consciência coletiva e a consciência individual são manifestações da mesma realidade, estudada como fenômeno psíquico total ^{xvi}.

As Classes do Conhecimento - I

Desta forma, tomando base na diferenciação das esferas do real, e tendo em vista estudar as variações do saber - partindo do fato elementar de que o conteúdo do saber varia em função dos quadros sociais -, a sociologia leva a observar uma pluralidade de sistemas cognitivos, correspondentes à diversidade dos tipos de sociedades globais e suas estruturas - parciais e globais - como quadros sociais do conhecimento.

Os sistemas cognitivos compreendem diferentes hierarquias de classes do conhecimento, entrecruzadas com as diferentes acentuações das suas formas.

As classes do conhecimento podem ser: (a) mais profundamente implicadas na realidade social, como é o conhecimento perceptivo do mundo exterior, o conhecimento de outro e o conhecimento de senso comum, estudados nesta sequência; (b) menos espontaneamente ligadas aos quadros sociais, cuja ligação funcional pressupõe a estrutura social e requer o diálogo e o debate: como é o caso para o conhecimento técnico, o conhecimento político, o conhecimento científico e o conhecimento filosófico ^{xvii}.

Quanto às formas de conhecimento, compreendem dicotomias que se encontram diferentemente acentuadas dentro de cada classe do saber, portanto, são as formas de relatividade das classes do conhecimento, das quais estudam as cinco dicotomias seguintes: 1) - o conhecimento místico e o racional; 2) - o empírico e o conceitual; 3) - o positivo e o especulativo; 4) - o simbólico e o adequado; 5) - finalmente, a dicotomia do conhecimento coletivo e do conhecimento individual.

Revelando a compreensão relativista de que essas formas se apresentam antes como tendências ou matizes, e só excepcionalmente surgem em relativa pureza, note-se que essa diferenciação das formas do conhecimento segundo dicotomias tem origem, e procede da constatação de que todo o conhecimento é uma combinação dialética de experiências e juízos ^{xviii}.

Os tipos de sociedades globais cujos sistemas cognitivos foram estudados são os seguintes: (a) as Cidades-Estados antigas tornando-se Impérios; (b) as

sociedades teocrático-carismáticas; (c) as sociedades patriarcais (d) as sociedades feudais; (e) as sociedades globais que dão nascimento ao capitalismo ^{xix}.

Os sistemas cognitivos da classe burguesa e da classe proletária foram igualmente estudados e são conhecidos; bem como o saber específico de certos grupos estruturados privilegiados, como as fábricas, os agrupamentos de localidades e os Estados, que não chegam a formar sistemas próprios ^{xx}.

Do ponto de vista dos sistemas cognitivos merece destaque o estudo das quatro classes do conhecimento *menos* espontaneamente ligadas aos quadros sociais, ou cuja ligação passa pela reflexão dos temas coletivos reais.

Podem notar que o caráter estrutural específico desses conhecimentos se manifesta em dois níveis das variações do saber, seguintes: (a) - tanto pela efetuação de múltiplos coeficientes sociais variados (caso do conhecimento científico que, embora seja aberto ao público e desinteressado, não é conhecimento direto, mas derivado, e tem como pressuposição a acumulação, a organização e o planejamento da pesquisa); (b) - quanto pela participação direta dos interessados em preservar ou em partilhar os segredos do conhecimento (caso do conhecimento técnico e do conhecimento político).

Como sabe, além de realçar a variabilidade (o conteúdo do saber varia em função dos quadros sociais), o alcance e a aplicação da sociologia do conhecimento não é outro senão fazer sobressair o que há de específico a este ou àquele Nós-outros ^{xxi}, a este ou àquele grupo, no aspecto do saber que ele possui e usa para se orientar no mundo, isto é, a mentalidade que

lhe é própria como grupo estruturado, ou que lhe corresponde como forma de sociabilidade.

Sem dúvida, essa mentalidade só é descoberta pela colocação em perspectiva sociológica do conhecimento, que põe em relevo as correlações funcionais com os quadros sociais, de tal sorte que se participa em um grupo estruturado na medida em que se partilha o saber específico a este grupo, mesmo à distância ou aparentando nada ter a ver com o mesmo.

O reconhecimento pelo saber específico de um grupo estruturado tem alcance probabilístico, permite avaliar o campo das combinações virtuais ou reais com outros grupos ou classes que o mesmo está em medida de participar, para trocar, completar, ou enriquecer seus conhecimentos e experiências, caso, bem entendido, tal grupo atualize uma consciência aberta às influências do ambiente que seja acima da média, como nos grupos e classes em ascensão.

Permite também verificar, entre outros aspectos, a influência do mesmo grupo, se está em ascensão ou não, aspectos esses muito relevantes quando se trata de classes sociais, mais relevante ainda no estudo dos tipos de sociedades globais e suas estruturas, já que esse estudo implica em descrever de que maneira grupos e classes sociais deixam combinar seus conhecimentos específicos integrando-os nos sistemas cognitivos das sociedades.

Note-se que não se trata aqui apenas do conhecimento científico, mas de todo o juízo que pretenda afirmar a verdade sobre alguma coisa. Ou seja, por conhecimento devem entender *“os atos mentais em que se combinam a experiência imediata e mediata em diferentes graus com o juízo”* ^{xxii}.

Por sua vez, o alcance dessa análise tem base nos materiais da historiografia, utilizados conforme a tipologia sociológica das sociedades globais e suas estruturas, – notando que os tipos sociológicos podem se repetir na atualidade – e considera diferenciadamente as classes do conhecimento, cada vez que apareceram em um quadro social, logo, como uma classe do conhecimento que estava rechaçada ao último lugar no tipo de sociedade em que é possível constatá-lo.

Para assinalar um exemplo, quando estava em último lugar no quadro da sociedade feudal, o conhecimento perceptivo do mundo exterior tinha como expressões a “ausência de perspectiva na arte, o plissamento das cidades e dos povoados em si mesmos, em sua arquitetura e sua disposição”, estando assim em acordo com o caráter fechado da mentalidade coletiva naquele tipo de sociedade global ^{xxiii}.

Já o conhecimento científico ocupou um lugar predominante no sistema do conhecimento somente nas estruturas capitalistas, particularmente nas estruturas do capitalismo competitivo. Nas sociedades industriais, o conhecimento científico entrou em competição com o conhecimento filosófico e o ultrapassou.

O saber como regulamentação social

Certamente, em qualquer sistema cognitivo, o conhecimento perceptivo do mundo exterior é privilegiado, é o portal do saber, e dá conta das perspectivas recíprocas sem as quais não há funções estritamente sociais, enquanto os demais saberes já são classes do

conhecimento particular, já são funções correlacionadas dos quadros sociais e pressupõem aquele conhecimento perceptivo do mundo exterior.

O processo perceptivo mais simples é um todo e implica como sabem elementos estruturais fundamentais (Gestalten), os quais antecipam a capacidade do homem para isolar relações ou considerá-las em sentido abstrato. Na percepção não há espaços vazios, mas extensões concretas.

Por sua vez, o conhecimento perceptivo do mundo exterior afirma como verdadeiro *um conjunto coerente de imagens imbricadas em amplitudes^{xxiv} e tempos concretos e específicos*, cuja percepção é muito variável. Isso pode ser bem compreendido na análise do sistema cognitivo da classe burguesa.

Como é sabido, foi o advento da burguesia que (1) fez progressarem, para o primeiro lugar, as ciências da natureza e as ciências exatas, e o fez tanto diretamente quanto pela intermediação do Estado e seus estabelecimentos de ensino; (2) impôs a quantificação mais forte e mais eficaz das amplitudes e dos tempos, levando ao pé da letra o lema de que “tempo é dinheiro”, estabelecendo, dessa maneira, um laço entre o conhecimento perceptivo do mundo exterior e o conhecimento científico, com tendência para unificá-los; (3) a chegada ao poder da classe burguesa, no séc. XVIII, trouxe mudança em permanência no interior das estruturas, de tal sorte que a sociedade industrial passa a experimentar, desde então, uma união entre conhecimento científico da natureza e conhecimento técnico.

Até o século XVIII, antes da chegada ao poder da burguesia, a sociedade industrial, começando no século XVII,

buscava desenvolver-se fora das ciências, diretamente nas fábricas e nas práticas de trabalho que as mesmas suscitavam.

A mudança levando à união do científico e do técnico passa por um momento inicial em que o saber burguês situa o mundo exterior nas amplitudes prospectivas (as que se localizam adiante), notando-se uma correspondência entre essas e os interesses imediatos dos empresários, referidos à expansão econômica e à evolução técnica.

A mudança avança em razão de a “visão que localiza adiante” revelar-se impossível sem a intervenção dos meios técnicos, os quais, por sua vez, não podem evoluir com a rapidez suficiente sem a ajuda do conhecimento científico. Desta forma, tendo base nas amplitudes prospectivas e projetivas em que o saber burguês situa o mundo exterior, a tendência para a união ciência-técnica, por corresponder às perspectivas da expansão econômica e da evolução da técnica, teve a ver com os seguintes pontos:

(a) com a conquista de novos mercados, notadamente os coloniais; (b) com a busca de mão de obra e das riquezas naturais, tais como os minerais, o petróleo, o carvão, etc.; e, finalmente, (c) com a colocação nova dos capitais e (d) com as organizações industriais nacionais e internacionais, incluindo os trustes e cartéis.

(4) Acresce que, nesse conhecimento do mundo exterior próprio da classe burguesa, as amplitudes e os tempos se orientam no mesmo sentido e são medidos com os mesmos padrões quantitativos do “tempo é dinheiro”; (a) as amplitudes se afrouxam e se ajustam sem dificuldade graças à intervenção dos meios de comunicação, (b) combinando elasticidade

aos tempos identificados à circulação dos capitais e aos investimentos, ao ciclo da produtividade das empresas, à duração do trabalho e do comércio.

(5) Com a decadência da classe burguesa desde o final do século XIX – a enfrentar, então, uma resistência mais forte da classe proletária, várias crises econômicas mais graves, as guerras de descolonização, o advento dos regimes coletivistas a partir das revoluções sociais –, o saber burguês revela que o mundo exterior se imbricou em amplitudes e tempos mais egocêntricos e agitados, os quais, por sua vez, não se submetem às medidas quantitativas e são refratários aos estudos científicos ou às soluções técnicas.

(6) Desta forma, se chega ao conhecimento que a classe burguesa tem do exterior na segunda metade do século XX : (a) as amplitudes difusas resultam das incertezas ligadas à sorte das estruturas sociais de tipo capitalista; (b) as amplitudes concêntricas e projetivas são relativas à inclusão nos blocos internacionais, em conflito e concorrência pacífica^{xxv}.

→ Seja como for, importa reter que, onde se verifiquem as classes do conhecimento mais profundamente implicadas na realidade social, descobre-se a simples manifestação dos temas coletivos: os Nós-outros, os grupos, as classes sociais, as sociedades^{xxvi}.

Daí o saber como controle ou regulamentação social: obstáculo ao avanço real dos temas de que tomamos consciência; constringente como aquilo que suscita os esforços e faz participar no real.

Por exemplo, quando formulamos em palavras o conhecimento de um Nós-outros (Nós professores, Nós

autores, etc.), do qual tomamos consciência como tema coletivo (apreendido e percebido na base de sua formulação em sintaxe), verificamos, nesse caso, um obstáculo ao avanço real da experiência humana vivida, obstáculo surgido por força da objetivação pela linguagem conceitual, a qual atualiza, mas refreia, o fluxo daquela experiência intuitiva na base do pronome “Nós” ^{xxvii}. A referência dessa experiência faz ver que os Nós-outros são as expressões concretas da consciência coletiva ^{xxviii}.

Tal o exemplo do saber como fato social, assinalado em termos didáticos, sendo a este aspecto da condição humana que o sociólogo chama regulamentação social pelo saber, acentuando a eficácia do conhecimento na realidade social ^{xxix}.

As categorias lógicas são sociais

Ao imporem a redução imprópria da comunicabilidade, as mencionadas ciências da cognição^{xxx} confrontam-se à impossibilidade em esclarecer a ligação das operações lógicas ao conhecimento propriamente humano, do qual fazemos a experiência quando dialogamos e enunciamos juízos, avaliações, reflexões, temas.

A comunicabilidade torna possível tal ligação entre a lógica e a experiência. Repetindo o que está dito acima, no psiquismo coletivo, tem lugar uma fusão prévia das consciências (que assegura a significação comum reconhecida aos signos e aos símbolos, como, p.ex., nas palavras de uma língua), nota-se que o psiquismo interpessoal ou intergrupar implica o psiquismo individual e o psiquismo coletivo. Se o psiquismo inter-

peçoal é afirmado em suas manifestações na comunicação, nenhuma comunicação pode ter lugar fora do psiquismo coletivo. Ao mesmo tempo, são os psiquismos individuais que comunicam – o que supõe sua diferenciação tanto quanto sua fusão.

Daí a relevância já mencionada das constatações sociológicas de Émile Durkheim (1858-1917), destacadas por Gurvitch, ora repercutidas, que assinalam a indispensabilidade da sociabilidade humana no conhecimento, seguintes:

“As categorias lógicas são sociais em segundo grau... não só a sociedade as institui, mas constituem aspectos diferentes do ser social que lhes servem de conteúdo... O ritmo da vida social é que se encontra na base da categoria do tempo; é o espaço ocupado pela sociedade que forneceu a matéria da categoria do espaço; fora a força coletiva que criou o protótipo do conceito de força eficaz, elemento essencial da categoria de causalidade... O conceito de totalidade é a forma abstrata do conceito de sociedade” xxxi.

O posicionamento de que qualquer tentativa em estudar o conhecimento para-além das simples funções lógicas e cerebrais não passaria (a) de mera ideologia e (b) careceria de alcance científico, projeta uma crença que menospreza o alcance dos simbolismos no conhecimento e, por esta via, deixa ver o desconhecimento das teorias de consciência aberta às influências do ambiente.

Pelo contrário, o estudo da formação de um sentimento coletivo mostra bem que as influências do ambiente são assimiladas.

ssb / rio

PARTE 2: Sentimento Coletivo E Conhecimento

As teorias formalistas são refutadas na medida em que tomam por base a psicologia interpessoal, promovem a técnica de estimação dos ajuizamentos de valor portados por cada membro de um grupo sobre cada um dos outros (sociodrama ou psicodrama), e, além da imitação, valorizam as relações de preferência e de repugnância interpessoais e intergrupais.

Nessa limitada orientação, se preconiza que, ao nível psicológico da realidade social, qualquer interesse está concentrado sobre a psicologia interpessoal em detrimento da psicologia coletiva propriamente dita, com desprezo das funções intelectuais e voluntárias em favor do aspecto exclusivamente emotivo da preferência e da repugnância, com o aspecto mais significativo da aspiração sendo aí deixado de lado. Por contra, para o sociólogo, a realidade social não admite redução a uma poeira de indivíduos idênticos, mas, ao contrário disso, todas as interações, inter-relações, relações com outrem (interpessoais e intergrupais) ou interdependências pressupõem e são sempre fundadas sobre interpenetrações, integrações, participações diretas, fusões parciais em os Nós-outros (atuais ou virtuais), como totalidades ^{xxxii}.

A psicologia interpessoal no sentimento coletivo

Embora a imitação tenha procedência na consciência coletiva, predomina nesta última a oposição sociológica entre fusão ou interpenetração das consciências, por um lado, e, por outro, a sua simples interação ou interdependência.

O fenômeno essencial da psicologia coletiva que a insere no domínio da sociologia, é a imanência recíproca e a dialética entre as consciências coletivas e as consciências individuais. A psicologia interpessoal é parte do problema da formação de um sentimento coletivo.

Gurvitch já assinalou que Durkheim era contra o alargamento do termo imitação e a sua utilização em sentido ampliado. Repelia a utilização do termo imitação para designar (a) – fosse o processus pelo qual, no seio de uma reunião de indivíduos, se elabora um sentimento coletivo, (b) – fosse o processus de que resulta a adesão social às regras comuns ou tradicionais de conduta ^{xxxiii}.

A sugestão de que a psicologia social ou interpessoal podia ser reduzida ao termo imitação desdobra-se (a) na afirmação de imitação recíproca “de um por todos e de todos por um”, nas assembleias das cidades; bem como (b) na afirmação de imitação dos costumes, cujos modelos seriam os nossos antepassados, para designar a nossa adesão às regras – havendo também (c) uma sorte de imitação dos modos cujos modelos seriam os nossos contemporâneos.

Durkheim houvera entendido imitação em sentido estrito e aceitava a sua aplicação como designando a reprodução automática por repetição do estado de consciência de um indivíduo por algum outro

indivíduo, incluindo a reprodução de um movimento feito por algum semelhante. Nada obstante, Durkheim repelia qualquer alcance social nesta reprodução automática e negava qualquer influência coletiva ^{xxxiv}.

Por sua vez, admite-se como sendo durkheimiana a noção bem delimitada de imitação, e bem exclusiva, no sentido de que a imitação dispensa qualquer comunidade intelectual ou moral entre dois sujeitos, não sendo necessário nem que permutem serviços, nem que falem a mesma língua para a imitação.

Em consequência, seria ilegítimo designar por imitação a submissão aos modos e aos costumes, assim como a participação na efervescência coletiva, pois em ambos os casos se trata de manifestações da consciência coletiva.

Na efervescência dos grupos não há nem modelo nem cópia, mas fusão de certo número de estados psíquicos no seio de outro, que deles se distingue, e que é o *estado coletivo*: em vez de imitação se deveria falar de criação, visto que desta fusão resulta algo novo – resulta um sentimento coletivo – sendo este processus o único pelo qual o grupo tem a capacidade de criar.

Em complementaridade, o posicionamento durkheimiano afirma igualmente que conformar-se com os costumes e os modos nada tem a ver com imitação, que neste caso é somente aparente: o ato reproduzido é tal não por se ter verificado na nossa presença ou com o nosso consentimento. Nossa adesão à regra se dá em virtude do respeito inspirado pelas práticas coletivas e por causa da pressão da coletividade sobre Nós-outros, para evitar a dissidência. Ao contrário de imitação, conformar-se com os costumes

é estar consciente da existência da consciência coletiva e inclinar-se perante ela.

A Imitação e as Relações com outrem

Mas não é tudo. A análise sociológica crítica observa, ademais, certa incoerência entre as linhas de orientação abaixo, em que (a) e (b) são insuficiências, e (c) é positiva, em relação a Gabriel Tarde e Durkheim que: (a) – ambos pressupõem, em primeiro lugar, que as consciências individuais, perfeitamente isoladas, podem entrar em contato independentemente de qualquer recurso à consciência coletiva; (b) – pressupõem, em segundo lugar, que a reprodução imitativa pode não ser reduzida a fenômenos de reprodução automática ou “contágios” – aplicáveis aos animais como ao homem, e que se afirmam fora da vida social; (c) – pressupõem, em terceiro lugar, e esta é a orientação positiva, que tal reprodução imitativa pode ser fundamentada em signos e símbolos.

A respeito dessa terceira pressuposição, podem dizer que, ao se imitar, por exemplo, não o “espirro” ou o temor de outro, mas sim os seus gestos, as suas condutas conscientes, as suas opiniões, os seus atos refletidos, os seus juízos, etc. a imitação pressupõe a comunicação das consciências por meio de sinais e símbolos – e essa comunicação simbólica pressupõe, por sua vez, a fusão ou a interpenetração prévia das consciências, isto é: pressupõe uma consciência que dê aos signos simbólicos significações idênticas para os participantes.

Mas não é tudo. Nenhum contato, nenhuma interdependência, nenhuma imitação distinta do simples

“contágio” são possíveis entre as consciências individuais de outra forma que não seja no plano ou no horizonte da consciência coletiva. Durkheim se equivocou quando, por efeito de sua argumentação contra Tarde, levando-o a reduzir a imitação à reprodução automática, chega à conclusão de que a psicologia interpessoal é inexistente e não passa de outro nome para a psicologia individual tradicional ^{xxxv}.

Por contra, admite-se dentro da sociologia uma psicologia interpessoal e intergrupal em conexão com a psicologia coletiva. Nota que a existência dos Nós-outros, por um lado, dos Eu e de Outrem, por outro lado, leva a reconhecer as relações mentais com outrem, isto é, as relações psíquicas entre Eu, Tu, ele, ^{xxxvi} e entre os diferentes Nós-outros, sublinhando que essas relações pressupõem a realidade muito mais complexa e rica das manifestações da sociabilidade.

Enfim, Gurvitch assinala que o estudo da imitação põe o problema da realidade do outro, o *alter ego*, assim como o problema da validade dos signos e símbolos, cuja solução conduz primeiro ao estudo sociológico dos Nós-outros na vida dos grupos sociais, bem como ao estudo dos atos e estados mentais coletivos.

Imanência recíproca e implicação mútua

A análise sociológica dos fenômenos da consciência prossegue, e põe em questão a aplicação das imagens espacializadas, sobretudo as da interação entre as consciências, a da repetição ou a comparação da fusão das consciências individuais a uma síntese química, imagens espacializadas essas que destroem a especificidade extra espacial e total da vida psíquica, que é em fluxo. Deste ponto de vista, por contra, se distingue em acordo com Gurvitch os fenômenos da psicologia interpessoal e intergrupar, por um lado, e por outro lado os fenômenos da psicologia coletiva propriamente dita, sublinhando que se trata de duas espécies de fenômenos que não se excluem e estão profundamente unidos.

Vale dizer, os casos em que as consciências comunicam somente por signos e símbolos, por expressões mediatas e convergem, restando mais ou menos fechadas – tais os fenômenos da psicologia interpessoal e intergrupar – não podem ser considerados em maneira excludente em relação aos casos em que as consciências podem interpenetrar-se diretamente, por meio de intuições mais ou menos atuais, originando frequentemente as fusões parciais de consciências abertas tendo por quadros sociais os Nós-outros, tais os fenômenos da psicologia coletiva propriamente dita.

Repelindo, em definitivo, a aplicação de imagens espacializadas, a unidade dessas duas espécies de fenômenos representando aspectos do que chama fenômenos psíquicos totais baseia-se no seguinte: (a) que os fenômenos da psicologia interpessoal, especialmente a comunicação simbólica, são inseparáveis da

psicologia coletiva, porque as relações entre Eu e Outrem assim como a validade dos signos mediatos ou signos simbólicos pressupõem a presença atual ou virtual do Nós-outros, sob o seu aspecto mental; (b) que, em contrapartida, é por intermédio do psiquismo interindividual e intergrupar que a consciência coletiva alarga frequentemente o círculo da sua influência, e atrai, por vezes, novas participações.

A insuficiência da aplicação do princípio da imanência recíproca e da implicação mútua por Durkheim, nesses pontos, explica sua conclusão em favor da preexistência da consciência coletiva, a qual se afirmaria antes de afetar a consciência individual e penetrar no seu interior.

Em acordo com Gurvitch ^{xxxvii}, este argumento pressupõe equivocadamente o isolamento entre as duas consciências, a individual e a coletiva, isolamento contrário a qualquer experiência psicológica, e que só é possível de conceber na contramão da imanência recíproca e da implicação mútua, pela aplicação simplista à vida psíquica dos esquemas imagéticos espaciais (imagine duas substâncias químicas..., imagine duas pessoas..., etc.).

Ademais, evitando o refúgio metafísico a que tal argumento da preexistência da consciência coletiva o levaria, e não se deixando conduzir para além de uma ciência efetiva como o é a sociologia, Durkheim (apesar de seu sociologismo da metamoral, já mencionado) admitirá que as consciências individuais – pelo menos elas – seriam imanentes à consciência coletiva, mas sem que a recíproca fosse verdadeira.

Será por esse desvio que Durkheim afirmará a constatação da riqueza incomparável da consciência

coletiva – da qual as consciências individuais não poderiam entrever senão ínfimas partes.

Gestalttheorie e Sociologia

Do ponto de vista sociológico dialético, a pretendida redução da consciência individual à sensibilidade e da consciência coletiva à razão revela-se um pressuposto falso, que implica múltiplas contradições.

Com efeito, a identificação da consciência individual como puramente sensível implica torná-la nula (seria um instinto).

A contra argumentação sociológica é inspirada na *Gestalttheorie*, a saber: (a) – toda a consciência não é somente uma tensão virtual do fechado em direção ao aberto, mas é ainda uma tensão entre as múltiplas sensações e a sua integração nas totalidades; (b) – ao fazer ver que as sensações particulares não passam de abstrações intelectuais de totalidades apreendidas intuitivamente a teoria psicológica da forma ou *Gestalttheorie* ^{xxxviii} demonstra toda a impossibilidade na redução da consciência a sensações dispersas (redução imprópria esta que segundo Gurvitch reforçou a concepção da consciência individual fechada em Durkheim).

Sem embargo, o sociólogo afirma a evidência de que existem os elementos sensíveis da consciência coletiva, existem os sentidos coletivos de conservação e de defesa, os sentidos das paixões e das inclinações coletivas bem como é evidente a existência das funções intelectuais (intuições, juízos) na consciência individual (estados, opiniões, atos).

Mas não é tudo. Contra o argumento durkheimiano que identifica a consciência coletiva seja com a razão, seja com a consciência pura, seja com a inteligência ideal ou *Logos*, cabe lembrar ninguém menos que o próprio Durkheim se contradizendo nisso.

Com efeito, Durkheim afirma a existência de correntes coletivas que arrastam para o suicídio ou para o crime, tanto quanto fala de pânicos coletivos, etc. Insiste nas tendências, nos sentimentos, nas crenças, nas aspirações, nas efervescências coletivas que podem referir-se aos estados e opiniões tanto quanto aos atos mentais e funções intelectuais, mas que se opõem em todos os casos à razão universal.

Quer dizer, em relação ao aspecto da dupla existência de elementos sensíveis e de funções intelectuais há dialética entre a consciência individual e a consciência coletiva – tendência para a complementaridade, para a implicação mútua e para a reciprocidade de perspectiva – de tal sorte que esse dualismo *elementos sensíveis / funções intelectuais* encontra-se tanto em uma quanto na outra.

Acresce que as consciências individuais podem interpenetrar-se e fundir-se (plano transindividual): (a) – por vezes nas suas sensações e paixões; (b) – por vezes nas suas representações e nos seus sentimentos; (c) – por vezes nos seus atos, nas suas intuições e nos seus juízos – sejam estes marcados pela preponderância da inteligência, da emotividade ou da vontade.

O coeficiente existencial do conhecimento

É equivocado confundir e reduzir os símbolos sociais ao domínio da ideologia. Trata-se de

uma confusão questionada em relação ao behaviorismo, cujas explicações do comportamento, tomado à margem de toda a implicação simbólica, conduzem às conclusões mais absurdas quando aplicadas às situações humanas e sociais.

Gurvitch nos oferece um exemplo cabal da insuficiência fundamental do behaviorismo aplicado à sociologia. Nota o disparate a que chegam a excluir o alcance prioritário dos símbolos sociais para a compreensão dos comportamentos.

Opõe-se vigorosamente nosso autor à tese dos juristas behavioristas norte-americanos ao afirmarem que o direito não é senão o comportamento do juiz em um tribunal. Toma como exemplo o fato de que o indivíduo humano tem manifestações comportamentais de ordem fisiológica (espirra, se assua, cospe) e que, as incluindo, o comportamento do juiz não produz em modo algum direito.

Para que esse efeito de produzir direito seja verificado é preciso que a conduta do juiz seja penetrada por certo conjunto de símbolos sociais. O comportamento simbólico do juiz depende muito mais das significações sociais jurídicas do que de uma criação pessoal. Tal o limite da estreita concepção behaviorista. Sem embargo, reconhece que o behaviorismo propagou a convicção de que a realidade do homem comporta uma objetividade científica ^{xxxix}.

O Critério científico da sociologia

Vale dizer, para além da ideologia, a sociologia ultrapassa o estudo das representações e funções representativas e nem de longe pretende estabelecer os conteúdos cognitivos em relação às justificativas ideológicas, sejam elas quais forem.

Aliás, a sociologia dispõe de critérios operativos para desdogmatizar seus “conceitos” ou quadros operativos de análise e explicação. Mostra-se igualmente capaz de negar operativamente qualquer pré-ajuizamento em relação aos conteúdos cognitivos. Sem embargo, propõe abarcá-los em conjuntos, a partir da distinção dos vários gêneros do conhecimento que, por sua vez, diferencia em classes, ao decompor os sistemas cognitivos a partir dos tipos de sociedades globais que atravessam a história^{xi}.

Certamente o conhecimento não é separado das “mitologias” nem dos simbolismos sociais que proliferam na consciência coletiva. ^{xii}

Sociólogos notáveis como C. Wright Mills observaram que os simbolismos da consciência coletiva são intervenientes como fatores extra lógicos do conhecimento, tais como os contextos culturais e os determinismos sociais e sociológicos ^{xiii}.

Em consequência, para a compreensão sociológica dos sistemas cognitivos, se impõe o estudo do coeficiente existencial do conhecimento – incluindo os coeficientes humanos (aspectos pragmáticos, políticos e ideológicos) e os coeficientes sociais (fatores numéricos das variações nas relações entre quadros sociais e conhecimento) ^{xiiii}.

Deve ter em conta que a consciência coletiva estudada prioritariamente em sociologia diferencial como quadro dos conhecimentos, inclui as avaliações coletivas, opiniões, carências e ideais, apenas como participações direta dos indivíduos nas totalidades espontâneas, ou fusões parciais das consciências e das condutas, e não como identificações das consciências ^{xliv}, e que essa consciência coletiva é tão real quanto a consciência interindividual (existência mista das consciências individuais, a oscilarem entre o afastamento e a aproximação), de tal sorte que toda a vida da consciência aparece comprometida em uma dialética entre o Eu, os outros e Nós-outros.

O estudo científico busca a previsão dos fenômenos, seus determinismos, e a sociologia desenvolve o estudo científico do conhecimento como fato social.

Daí sua metodologia voltada para (a) descrever as variações do saber em função dos quadros sociais, (b) descobrir os sistemas cognitivos atualizados nesses quadros sociais, e (c) as tendências cognitivas que lhes correspondem.

Além disso, a procedência da comunicabilidade em nossos juízos, critérios, avaliações, e as vias por meio das quais novos conhecimentos intercomunicados chegam a ser produzidos são outros tantos problemas científicos que a sociologia esclarece, ao estudar os sistemas cognitivos existentes e decompô-los em hierarquias de classes e formas do conhecimento.

A concepção conservadora

Acontece que nem todos os autores chegaram às mesmas conclusões e reconheceram a relevância, para

a sociologia, do coeficiente existencial do conhecimento. Karl Mannheim, que foi o mais notado incentivador da sociologia do conhecimento na primeira metade do Século Vinte, projetou a representação de um grupo privilegiado que poderia acessar um fictício pleno saber, exatamente porque seria desprovido de correlações funcionais ("amarras sociais") e, em razão disto, situar-se-ia acima dos interesses e dos grupos.

Tal orientação é todo o contrário da sociologia do conhecimento, cujo ponto de vista acentua a variação do conhecimento em função dos quadros sociais e repele toda a utopia do saber desencarnado, projetada no posicionamento equivocado de Mannheim .

Um "estrato desamarrado, relativamente sem classe", chamado "intelligentsia" socialmente desvinculada, ao qual é atribuído o "papel de vigia" das necessidades da época, revela-se uma concepção que, de fato, corresponde à tecnoburocracia, compreendida como classe social urbana em ascensão no século XX (gerentes, supervisores, experts os mais variados).

Além dessa representação, há sua concepção conservadora do saber como reduzido ao alcance instrumental: um saber com serventia para prover a adaptação dos sujeitos à sua situação histórica ^{xlv}.

Essa fórmula é um posicionamento filosófica preconcebido para submeter o princípio de sua sociologia que, ao contrário de toda a suposição, afirmava a determinação social do pensamento em razão do hegelianismo e não em resultado das pesquisas concretas.

Tratava-se de uma aplicação da adaptação do "espírito" às situações históricas, como ideia proveniente da dialética conservadora hegeliana.

O “espírito” de que fala Karl Mannheim é o da história universal hegeliana, bem diferente do uso propriamente sociológico deste termo em Wilhelm Dilthey^{xlvi}, quando tal termo passou a designar o conjunto das obras de civilização, incluindo a arte, religião, direito, moralidade, educação, e o próprio conhecimento.

Em face dessa observação, notam com clareza a desqualificação do seu próprio pragmatismo por Karl Mannheim. Autor muito influente nos Estados Unidos^{xlvii}, com sua obra *Ideologia e Utopia*^{xlviii} e sua compreensão de que todo o conhecimento é ligado a questões práticas, Mannheim comprometeu seu pragmatismo enfocando o saber como instrumento para prover a adaptação dos sujeitos à sua situação histórica.

O posicionamento recusando as correlações funcionais do saber com os quadros sociais, consideradas equivocadamente como contrárias a uma sociologia do todo social, mostra que o todo referido por esse autor não é simplesmente aquele implicado na psicologia da forma; não é o todo do processo perceptivo mais simples, que implica como sabem elementos estruturais fundamentais (Gestalten), os quais, por sua vez, antecipam a capacidade do homem para isolar relações ou considerá-las em sentido abstrato. Tampouco compreende o todo que, em modo realista, enlaça experiência e dialética, cujo foco mais originário põe em relevo as *manifestações da sociabilidade* como as primeiras antíteses salutares que se opõem ao prático-inerte^{xlix}.

Na verdade, em Karl Mannheim se trata de um *todo* abstrato e espiritualista, previamente alcançado com a tomada de posição filosófica pró hegelianismo e

sua mística da história universal. Neste sentido, a sociologia de Karl Mannheim é inaplicável aos estudos positivos do conhecimento na realidade social ¹.



esf / rio

PARTE 3: O Preconceito Contra A Sociologia Do Conhecimento

Charles Wright Mills põe em questão o preconceito de alguns autores contra a sociologia do conhecimento. Seu notável estudo sobre as "Consecuencias Metodologicas de la Sociologia del Conocimiento" " é uma réplica ao posicionamento conservador em matéria do progresso científico.

Embora W. Mills não explore o termo "quadros sociais do conhecimento", cujo conteúdo articula e aplica, nesse artigo refuta a proposição dogmática de que estabelecer relações (ou correlações funcionais) entre modos de pensamento e situações histórico-sociais não implicaria uma crítica legítima. Acentua que a sociologia do conhecimento conduz a uma reformulação dos critérios "tradicionais" de "validade e verdade" derrubando o posicionamento negativo de que a "validade de um juízo não dependeria de sua gênese".

W. Mills se opõe aos autores que, a contrapelo dos dados da experiência, persistem em não ver consequência epistemológica da sociologia do conhecimento, mostrando-lhes, pelo contrário, que as pesquisas sociológicas das indagações ou das seleções e proposições de problemas têm sim consequências para as normas do verdadeiro e do válido.

Entretanto, não se pense que esse sociólogo é radical. Sua abordagem tem alcance mais amplo que

a orientação em pensamento causal. Na hipótese de identificarmos a 'posição social' de um pensador, W. Mills sustenta que não podemos deduzir daí a verdade ou a falsidade de suas formulações ou enunciados.

Nessa réplica ao preconceito contra a sociologia do conhecimento, em face de opositores fechados no argumento falacioso de que as condições sociais não influiriam na veracidade das proposições, Wright Mills afirma então incumbir-lhes indicar quais são as condições de que a veracidade depende realmente.

Diversidade dos modelos de verificação

Além disso, Wrigth. Mills reafirma a legitimidade da "relativização sócio histórica" – isto é, a relativização sociológica operativa à qual vem se referindo – e denuncia o tratamento à maneira transcendente dos critérios ou dos modelos de observação e verificação, bem como o exagero da concepção a-priori da mente como inteiramente lógica.

Em sequência, esse autor nota que a diversidade histórica dos mencionados modelos de observação e verificação favorece o argumento atribuído a John Dewey de que se trata de modelos originados por indagações ou seleções e proposições de problemas realizadas em determinadas épocas e em uma sociedade particular, e que os ditos modelos de observação e verificação são deduzidos dessas indagações.

Ou seja, em relação ao problema da escolha ou "eleição" dos modelos de verificação, a aceitação ou a rejeição dos mesmos, por parte de pensadores individuais e de elites, constitui uma das conjuntu-

ras nas quais fatores extra lógicos, possivelmente sociológicos, podem intervir e influir sobre a validade do pensamento de uma elite.

Embora sem explorar os termos sociológicos precisos de quadros sociais e de coeficientes existenciais do conhecimento, Wright Mills está a nos mostrar exatamente alguns aspectos básicos do que estes termos sociológicos designam. Daí prossegue articulando a compreensão que lhes corresponde, e avança duas considerações para esclarecer a mediação observada nas correlações funcionais que integram a atividade científica no conjunto da vida social.

A dimensão sociológica da linguagem

Na primeira consideração de análise sociológica, W. Mills constata que as referidas indagações ou seleções e proposições dos problemas sofrem a influência dos "contextos sociais" pela mediação dos próprios conceitos operacionalizados nas formulações dos pensadores, já que os conceitos existem como "significados socialmente condicionados".

Trata-se de reconhecer que, como semântica e sintaxe, a linguagem é inseparável de sua dimensão pragmática, na qual se inclui a dimensão sociológica.

Desta sorte, em face de certas indagações ou seleções e proposições dos problemas, é legítimo admitir haver uma influência do inter-relacionamento entre os conceitos culturalmente disponíveis, por um lado, e, por outro lado aquilo que se toma como problemática.

Em suma, existe uma correlação funcional interligando os significados culturais e a as problemáticas

selecionadas pelos pesquisadores, sendo por meio dessa correlação que as indagações científicas são introduzidas no conjunto da vida social.

Na segunda consideração de análise sociológica, W.Mills sustenta uma teoria social da percepção segundo a qual, na busca de verificação dos elementos empíricos, os conceitos existentes condicionam os resultados da indagação, porquanto são esses conceitos que constituem estruturalmente "o mundo de objetos estruturados tecnicamente na linguagem especializada", o mundo no qual se busca a verificação.

Daí, Wright Mills afirma em realismo sociológico que "elites técnicas diferentes possuem capacidades de percepção diferentes", e que "as dimensões observacionais de qualquer modelo de verificação sofrem a influência da linguagem seletiva de quem o aplica", com as "influências sócio históricas" se fazendo sentir por meio dessa linguagem.

Desta forma, ficam desautorizados os que, preconceituosamente, negam a relevância da sociologia do conhecimento para a epistemologia, tanto mais se considerarmos o impacto dessa teoria social da percepção nas condições da verdade como simples correspondência da experiência e dos fatos.

Mito e conhecimento

Devem notar que a forma de consciência do papel que desempenha no conhecimento a equação existencial, e que pode fazer avançar os critérios precisos de análise, é justamente a dialética sociológica ⁱⁱⁱ.

Entretanto, a demanda por essa tomada de consciência foi nitidamente ressentida com maior incidência entre os filósofos da cultura científica e tecnológica, como Leszek Kolakowski ⁱⁱⁱⁱ que identifica um “coeficiente da intenção humana valorativa”, mas, sem dar-se conta de que a intenção humana valorativa acontece por todos os lados da atividade prática, inclusive o conhecimento científico, só vê duas funções sociais do mito: a função de defesa contra a inquietude e a função de oposição a essa função.

Reduzido a essas duas funções, esse autor por sua vez não chega a aceitar a evidência no trabalho intelectual de que a chamada “intenção humana valorativa”, isto é, o compromisso inelutável de qualquer existência em situações sociais múltiplas e antinômicas não pode ser posto em relevo, não pode ascender à percepção ou à tomada de consciência senão graças aos procedimentos dialéticos operativos da reciprocidade de perspectiva, implicando a tomada de risco para a realização da obra do conhecimento.

Kolakowski trata o mito de maneira mítica e não de maneira crítica sociológica, não dialetiza a noção de mito, não a insere no âmbito da dialética do arcaico e do histórico, não enfoca a referência das mitologias e dos simbolismos no conhecimento. Daí seu limite, sua preservação da alegoria ^{liv}.

Bachelard ^{lv} nota uma indefinição básica quanto aos resultados possíveis de uma pesquisa, e a obra com disciplina científica só é realizada na medida em que novos conhecimentos são conseguidos.

Desta forma, o papel que desempenha no conhecimento científico a equação existencial torna inelutável a tomada de risco na realização da obra do conhecimento, no mencionado sentido de assumir como disse a indefinição básica dos resultados possíveis da pesquisa enquanto os novos conhecimentos estão em vias de serem conseguidos. Daí o caráter conjectural do conhecimento científico.

Vemos, então, precisamente nessa indefinição, os procedimentos dialéticos operativos da reciprocidade de perspectiva.

Ao invés de duas funções, como preferiu Kolkowski – “a função de defesa contra a inquietude e a função de oposição a essa função”-, quando o pesquisador se dá conta de que a intenção humana valorativa é multifária e ocorre por todos os lados dos conjuntos, que é um dado genérico, descobre-se a série de funções dialéticas configurando o papel complexo que desempenha no conhecimento a equação existencial.

Quer dizer, as funções do compromisso inelutável de qualquer existência em situações sociais múltiplas e antinômicas, relativizando a assim chamada “intenção valorativa”, correspondem às funções dialéticas constitutivas da realidade social em seus quadros e planos de conjunto, são as seguintes: Complementaridade Dialética, Implicação Dialética Mútua, Ambiguidade Dialética, Polarização Dialética, Reciprocidade de Perspectiva ^{lvi}.

PARTE 4: As Classes Do Conhecimento – II

Do ponto de vista dos sistemas cognitivos em sociologia, merece destaque o estudo das quatro classes do conhecimento menos espontaneamente ligadas aos quadros sociais, cuja ligação passa pela reflexão dos temas coletivos reais – isto é, requer o diálogo e o debate: como é o caso para o conhecimento técnico, o conhecimento político, o conhecimento científico e o conhecimento filosófico.

Podemos notar, juntamente com G. Gurvitch ^{lvii}, que o caráter estrutural específico dos conhecimentos se manifesta em dois níveis das variações do saber, seguintes: (a) - tanto pela efetuação de múltiplos coeficientes sociais variados (caso do conhecimento científico que, embora seja aberto ao público e desinteressado, não é conhecimento direto, mas derivado, e tem como pressuposição a acumulação, a organização e o planejamento da pesquisa); (b) - quanto pela participação direta dos interessados em preservar ou em partilhar os segredos do conhecimento (caso do conhecimento técnico e do conhecimento político).

A exceção vai para o conhecimento filosófico, que é reflexivo em segundo grau, deixando ver que o componente individual predomina sobre o coletivo. É um conhecimento que se produz quase sempre com

atraso, inserindo-se com retardo nos atos mentais, cognitivos ou não.

Quer dizer, o conhecimento filosófico se insere muito tarde nos outros conhecimentos já obtidos e é caracterizado pelo esforço voltado para integrar as manifestações parciais de fatos, não em simples planos de conjunto, mas nas totalidades infinitas, que superam o humano, para justificá-las (exemplo: o mundo dos valores na filosofia).

Portanto, essa classe de conhecimento afirma um caráter altivo, distante, esotérico, aristocrático. Todavia, o predomínio do individual não é isento de paradoxo, e o conhecimento filosófico surge de uma dialética do conhecimento sem compromisso e do conhecimento comprometido ou engajado, de sorte que a filosofia se cristaliza em doutrinas cortantes.

O conhecimento técnico

O conhecimento técnico é uma parte constitutiva da práxis e se integra diretamente nas forças produtivas. Mas não se limita só ao conhecimento da manipulação da matéria nem se identifica à tecnologia.

Em relação ao conhecimento técnico, a análise sociológica volta-se para evitar os mal-entendidos que estimulam a identificação com a tecnologia, e busca dimensionar a especificidade do conhecimento técnico em nossa época, tendo em conta o histórico das técnicas em suas correlações com os quadros sociais.

Procura-se evitar a representação de certas filosofias espiritualistas e sua ideia de racionalidade abs-

trata, assinalando, contra essas tendências, que o conhecimento técnico não é simplesmente o conhecimento dos métodos empregados para alcançar os fins ideais. Ademais, evita-se a afirmação do positivismo vulgar, que equipara o conhecimento técnico a um conhecimento científico aplicado, que seria caracterizado por sua elaboração e por sua transmissibilidade.

Em contrapartida, há que sublinhar o caráter irredutível do conhecimento técnico, que é um conhecimento *sui generis*, inspirado e penetrado pelo desejo de dominar os mundos da natureza, do humano e da sociedade; desejo de manejá-los, manipulá-los, comandá-los, a fim de produzir, destruir, salvaguardar, organizar, planificar, comunicar e difundir.

Portanto, o conhecimento técnico é como disse uma parte constitutiva da *práxis* e se integra diretamente nas forças produtivas. Mas não se limita só ao conhecimento da manipulação da matéria nem se identifica à tecnologia, já que é um conhecimento explícito enquanto se transmite, e implícito enquanto se exerce como habilidade e manipulação, sendo desprovido da exclusividade das competências tecnológicas, que são restritas aos seus detentores.

O domínio do conhecimento técnico é incomparavelmente mais vasto que o manejo da matéria e, como insiste Gurvitch, abarcam todas as manipulações eficazes, as quais, todavia, tendem a se independizar e a valorizar-se como manipulações precisas, transmissíveis e inovadoras.

Técnica e Tecnologia

O conhecimento técnico não se identifica à tecnologia.

É na observação das variações dos graus do conhecimento técnico dentro de um mesmo tipo de sociedade que a análise sociológica ressalta a importância dos segredos técnicos, como critério cognitivo da especificidade dessa classe de conhecimento. Constatase que, na sua distribuição dentro de um mesmo tipo de sociedade, os graus mais altos ficam para os "experts", que são os possuidores dos segredos técnicos, enquanto os graus mais baixos são atribuições dos executantes de ordens recebidas, dos grupos de ofício ou dos simples homens.

É esse caráter específico do conhecimento técnico, sua distributividade em função dos seus próprios segredos que torna a importância do conhecimento técnico desigual e inesperada para os distintos tipos de sociedades globais.

Desta forma sobressai que: (1) - a evolução das técnicas nas sociedades feudais a um nível mais elevado do que haviam alcançado nas sociedades teocrático-carismáticas como o Antigo Egito não correspondiam a nenhuma evolução particular da ciência; (2) - no primórdio do capitalismo, os conhecimentos técnicos se desenvolvem não em função das descobertas científicas, mas diretamente nas manufaturas e nas fábricas; (3) - a união de conhecimento técnico e de conhecimento científico não se produziu efetivamente até o século XX, e somente no setor limitado da tecnologia, envolvendo o grau superior dos "experts" e dos engenheiros; (4) - a partir da metade do século XX, o conhecimento técnico começou a dominar o conhecimento científico e a reservar-lhe um papel subalterno; (5) - em nossa época há um deslocamento notável das estruturas sociais e suas obras de civilização não téc-

nicas pelas técnicas, situação que nunca havia acontecido na história das técnicas, onde eram os quadros sociais que suscitavam as técnicas novas. Fato este que seria equivocado e ingênuo tomar como redutor do coeficiente social e humano do conhecimento ^{lviii}.

A tecnificação acentuada do saber não reduz nem elimina a variedade das classes e formas do conhecimento, ainda que a importância dessa variedade, nas regularidades tendenciais das estruturas, possa diminuir ou ter diminuído seu peso específico relativo – perda de espaço do conhecimento de senso comum ou do conhecimento de outro que, sem embargo, revelam seu caráter virtual.

Tecnificação e Sociologia

Seja como for, é certo que nas engrenagens da realidade em que a sociologia descobre os determinismos sociais não estão excluídos os traços do capitalismo organizado e dirigista notado na segunda metade do século XX, tais como a sujeição dos homens e dos grupos às máquinas, a destruição das estruturas sociais e das obras de civilização por técnicas cada vez mais independentes.

Tanto mais que a Era da automatização e das máquinas eletrônicas dá primazia lógica ao conhecimento técnico em um grau tal que “todas as outras manifestações do saber são influenciadas ao ponto de tecnificar-se tanto quanto possível” ^{lix}.

As próprias ciências humanas são comprometidas gravemente com as gigantescas organizações de sondagens da opinião pública, de estudos de mercado,

etc. as quais apenas se limitam à mecanização e à tecnificação das "relações humanas" e dos problemas reais que suscitam a vida mental e a vida social atuais, com o objetivo de subordiná-los aos esquemas prefixados, muito ao gosto dos defensores da lógica simbólica que, espelhados em Wittgenstein, promovem a tecnificação da filosofia.

A união do conhecimento técnico e do conhecimento científico não se produziu efetivamente até o século XX.

Lembre entre parêntesis que, depois da tecnificação avançada da filosofia introduzida pelo "Tractatus Logico-Philosophicus", de Wittgenstein, o leitor de filosofia viu-se obrigado a saber manejar uma combinatória prévia com mais de trinta símbolos de uma "sintaxe lógica" só para acessar as proposições e começar sua leitura do texto. Sem o conhecimento antecipado dessa técnica especialíssima de enunciação, torna-se impossível ao leitor de Wittgenstein entrar em contato com a filosofia e com a investigação do objeto oculto de que se ocupa toda a ciência ^{lx}.

Essa tendência para a tecnificação da filosofia deve ser situada no quadro da tecnocracia.

O sociólogo se opõe com firmeza ao dirigismo e à tecnocratização não só como processo que interfere nos conhecimentos e nos controles sociais da produção, mas repele igualmente a tecnocratização que atinge as relações humanas nas organizações.

O sociólogo põe em questão a primazia da lógica na concepção e no modo de intervenção dos programas de melhoramento organizacional. Há, nestes últi-

mos, um desejo de manipular o conhecimento já aplicado nas sintaxes em vigor social, em uso nas ambiências onde as práticas gerenciais se desenvolveram e foram assimiladas no histórico dos planejamentos (como acervo de procedimentos).

Vale dizer, a tecnificação dos controles que atinge as relações humanas nas organizações visa desmontar as sintaxes existentes para impor os esquemas previamente definidos em presumidas teorias administrativas. Se exige do grupo a submissão aos mapeamentos previamente definidos e muitas vezes estranhos aos vocabulários operativos em uso.

O que caracteriza esses programas é que são aplicados não só como intervenções exógenas e de cima para baixo, mas é o fato de que os mesmos deixam de lado a possibilidade de vincular suas intervenções ao desenvolvimento espontâneo das expectativas sociais existentes.

Nesse sentido, tendo por objeto a condição humana como regida pelos determinismos científicos (inclusive os sociais), a sociologia faz par com o existencialismo de diferentes tendências, na medida em que o existencialismo constituiu uma tentativa de resistência em nome do Eu, do outro e das coletividades concretas à tecnificação da filosofia.

Posicionamento realista

Para alcançar um posicionamento realista sobre a questão da tecnificação é preciso ter em conta que o aperfeiçoamento do conhecimento técnico levando ao maquinismo se encontra em relação direta não com as aquisições da ciência, mas com as melhoras de ordem

prática - como já fora assinalado por Adam Smith e Karl Marx, apesar de suas diferenças.

Quer dizer, Karl Marx tivera razão ao insistir no primeiro tomo de "**O Capital**"^{1xi} de que não são as invenções técnicas as que tiveram por resultado a profusão de fábricas, mas, pelo contrário, fora a divisão do trabalho técnico nas grandes fábricas cada vez mais numerosas a que criou a necessidade de técnicas mecanizadas, e provocou assim a introdução das máquinas, tal como confirmado pelo estudo das técnicas industriais dos séculos XVII e XVIII.

A união interligando conhecimento técnico e conhecimento científico não se produziu efetivamente até o século XX, e verificou-se somente no setor limitado da tecnologia, envolvendo o grau superior dos "experts" e dos engenheiros. Foi somente a partir da metade do século XX que o conhecimento técnico começou a dominar o conhecimento científico e a reservar-lhe um papel subalterno.

O conhecimento científico e seus coeficientes sociais

► Em relação ao conhecimento científico, a análise sociológica enfatiza o equívoco das pretensões da ciência em ser desvinculada dos quadros sociais.

O conhecimento científico parte de quadros operativos essencialmente construídos, justificados pelos resultados conseguidos, que chamam a uma verificação experimental.

A ciência busca a *união do conceitual e do empírico* e, se cultiva a pretensão de ser desvinculada, será, talvez, porque é uma classe de conhecimento que tende ao desinteresse, ao “nem rir nem chorar” de Spinoza, tende para o aberto, à acumulação, à organização e ao equilíbrio.

Gurvitch observa que o conhecimento científico ocupou um lugar predominante no sistema do conhecimento somente nas estruturas capitalistas, particularmente as do capitalismo competitivo, e que é nas sociedades industriais que o mesmo entrou em competição com o conhecimento filosófico e o ultrapassou.

De acordo com esse autor ^{lxii}, em todo o conhecimento científico intervêm os *coeficientes sociais do conhecimento*, precipitando as variações do saber em função dos quadros sociais, variações tanto mais fortes quanto maior for o desenvolvimento do próprio conhecimento científico.

Na apreciação desta situação, se observa que a intervenção dos coeficientes sociais do conhecimento nas ciências exatas e nas ciências da natureza pode ser analisada sob as quatro linhas seguintes:

Primeiro: o coeficiente social do conhecimento intervém através da experiência e da experimentação, que são sempre essencialmente humanas e não apenas lógicas, e sofrem a influência do humano;

Segundo: o coeficiente social do conhecimento intervém também através da conceituação a qual, geralmente, está avançada em face da experimentação.

Quer dizer, toda a hipótese nova traz a marca da estrutura da sociedade em que se elaborou, como, aliás, já nos esclareceu C. Wright Mills ^{lxiii}.

Nada obstante, Gurvitch acrescenta como exemplos significativos a respeito disto, o seguinte: (a) – a correspondência ideológica entre o darwinismo e a concorrência, tomada esta última como princípio em ação na sociedade da época; (b) – de maneira menos evidente que a anterior e em estado inconsciente, observa-se a correspondência entre as incertezas na microfísica e os limites à capacidade de controle que a mesma faz aparecer e que provêm da energia atômica, como fator de explosão das estruturas sociais globais.

Toda a hipótese nova traz a marca da estrutura da sociedade em que se elaborou.

Terceiro: o coeficiente social do conhecimento intervém através da importância das organizações privadas e públicas no planejamento da pesquisa científica, importância esta que é muito notada, já que, na época da energia atômica e da eletrônica, a pesquisa exige laboratórios ou organismos de investigação e experimentação de muito vasta envergadura, com extensão internacional;

Quarto: os coeficientes sociais do conhecimento intervêm através da vinculação que se estabelece entre as ciências e a realidade social. Ou seja, independentemente do fato de que a realidade social tanto pode dominar as ciências por efeito das forças de produção nas quais as ciências se integram como pode ser dominada por elas, os conhecimentos científicos exigem os meios adequados para a difusão dos seus resultados, estando entre estes meios de difusão o ensino, a vulgarização, as edições de bolso, o rádio ou a televisão.

História e sociologia

No que concerne à história e à sociologia, menos comprometidas e menos ideológicas que as outras ciências do homem, voltadas essas últimas que são para sistematizar os conhecimentos em vista de metas práticas, Gurvitch sustenta que aquelas não podem liberar-se de certos coeficientes ideológicos.

Na história e na sociologia, os coeficientes sociais do conhecimento intervêm a duplo título: (a) em vinculação com a organização crescente da pesquisa e com a constituição cada vez mais relativista do aparato conceitual operativo; (b) em vinculação com o tema mesmo a estudar – os temas coletivos reais -, pois as sociedades, as classes sociais, os grupos, os Nós-outros estão em movimento dialético e são penetrados de significações humanas.

Desta forma, a sociologia do conhecimento, que é capaz de pôr em evidência os coeficientes sociais e, desse modo, diminuir a sua importância, torna-se duplamente solicitada neste campo, alcançando a *sociologia da sociologia*.

A colocação do conhecimento em perspectiva sociológica tornou-se desta forma um fato "transparente" cada vez mais acentuado ao longo dos séculos modernos e definitivamente assimilado na cultura do século XX.

Técnica e Tecnificação

Ao constatar a técnica como um setor da práxis, o sociólogo visa tornar mais precisa a descrição da tecnificação, sem reduzir esta última a uma projeção do maquinismo e das técnicas mecanizadas, nem confundi-la à técnica em seu conjunto.

Todavia algumas precisões se fazem sentir. Há nas produções sociológicas uma noção extensiva de tecnificação aplicada para designar o aprofundamento na utilização das técnicas mecanizadas no mundo do trabalho. Desta forma, agrupam-se sob o termo tecnificação várias alterações com características diferentes, seguintes:

(a) as mudanças que incidem sobre a força de trabalho, característica do surgimento de inúmeras especializações e funções anteriormente inexistentes, com as novas exigências de qualificação profissional que superam os parâmetros antes validados pelo fordismo / toyotismo.

Característica: Passam a requisitar trabalhadores flexíveis em sua formação e atuação nas empresas, procurando-se valorizar o desenvolvimento de competências técnicas, culturais e sociais;

(b) as mudanças que incidem sobre os atributos técnicos para o desenvolvimento dos processos produtivos.

Característica: Os segmentos industriais ou de serviços passam a necessitar trabalhadores capacitados para exercer funções diversificadas no ambiente laboral com agilidade no domínio das tecnologias de ponta, destreza para manusear máquinas e equipamentos sofisticados;

(c) as mudanças que incidem sobre a capacidade intelectual para dominar os procedimentos de gerenciamento desenvolvidos pelos novos programas de qualidade e melhoramento dos processos de produção.

Além desse item (c), em realidade, o que interessa mais de perto ao sociólogo, como profissional atuante sobre a tensão do plano organizado e do espontaneísmo social, é a crítica à tecnificação dos "controles" ou regulamentações propriamente sociais (estatuídas ou não) ^{lxiv}.

Como sabem, frequentemente a tecnificação do saber no mundo da produção decorre da intervenção dos novos programas de melhoramento sobre os procedimentos de coordenação e gerenciamento.

Neste sentido, embora pressupondo a subordinação às máquinas que acompanha a introdução, o desenvolvimento pelo taylorismo (princípios de padronização e simplificação) e o fordismo (aperfeiçoamento da linha de montagem), e o aprofundamento das técnicas mecanizadas nas fábricas (incluindo como disse o concurso de máquinas eletrônicas), a tecnificação em sentido estrito é diferenciada como certa maneira de manipular o conhecimento socialmente efetivo.

Cabe notar que, em modo especial, o termo *tecnificação* ou *tecnicização* é igualmente aplicado ao conjunto dos equipamentos técnicos utilizados na implantação dos sistemas de controle automático da produção. Desta forma, assinala um aspecto incluído no estudo da automação na mesma proporção em que pode ter mais espaço no estudo da comunicação social.

Sem embargo, a utilização do termo *tecnificação* é aqui preferível a *tecnicização* (mudança de um processo manual para um procedimento técnico ou automação) porque visa a pôr em relevo certos efeitos em profundidade da "tecnicização", como a questão da primazia lógica e a imposição do absoluto utilitarista sobre as relações humanas.

Tecnificação e sintaxe

Como se sabe e nunca é demais repetir, a "era da automatização e das máquinas eletrônicas" dá primazia lógica ao conhecimento técnico em um grau tal que todas as outras manifestações do saber são influídas ao ponto de tecnificar-se tanto quanto possível. Isto é, tendem a estabelecer símbolos com sintaxes lógicas, "linguagens" ou esquemas prévios cujo conhecimento passa a ser exigido de modo absoluto, como um filtro dotado de indispensabilidade, sem o qual se torna impossível acessar os conteúdos específicos a cada gênero do saber.

Ou seja, a *tecnificação* das regulamentações que atinge as relações humanas nas organizações complexas, sobretudo visa desmontar as sintaxes existentes para impor os esquemas previamente definidos.

Como sabe o sociólogo, a possibilidade de integrar um programa de melhoramento ao desenvolvimento espontâneo é assegurada graças ao fato comprovado em sociologia de que as expectativas se ligam ao esforço coletivo como tendência à realização antes de se ligarem aos papéis sociais, no caso, ligam-se ao histórico dos planejamentos. Ao desprezarem esse conhecimento sociológico, os tecnocratas aplicadores dos programas de melhoria procedem à imposição de esquemas prévios.

Desenvolvimento das expectativas

Desta forma, o sociólogo põe em questão como disse a primazia da lógica igualmente na concepção e modo de intervenção dos programas de melhoramento. Desacredita o objetivo de subordinar as relações humanas aos esquemas fixados de antemão, e busca resgatar a indispensabilidade e a significação das ambiências coletivas para equilibrar a concepção e o modo de intervenção dos programas de melhoramento aplicados nas organizações produtivas.

O que conta não é a "cultura dos formulários", não são as representações de padrões organizacionais previamente hierarquizados que os inspiram sob o discurso de presumidas teorias administrativas ^{lxv}.

O que caracteriza esses programas é que são aplicados não só como intervenções exógenas e de cima para baixo, mas sua imposição, isto é, o fato de que os mesmos desprezam e deixam de lado a possibilidade para vincular suas intervenções ao desenvolvimento espontâneo das expectativas.

A mirada diferencial

Certamente, não se trata aqui de um posicionamento contra a tecnificação, nem se pensa em defender aqui o argumento ingênuo de que a vida não é lógica, mas se trata de desenvolver a mirada diferencial da sociologia do conhecimento. Como ensina Durkheim, para o sociólogo o que importa é que mesmo ideias tão abstratas como as de tempo e de espaço estão, a cada momento da sua história, em relação íntima com a estrutura social correspondente.

Como já foi aqui assinalado (nunca é demais repetir), "as categorias lógicas são sociais em segundo grau...^{lxvi} não só a sociedade as institui, mas constituem aspectos diferentes do ser social que lhes servem de conteúdo... O ritmo da vida social é que se encontra na base da categoria do tempo; etc.

Além disso, os antropólogos do século dezenove e começo do século vinte já constataram que a pessoa humana não permanece idêntica nas diferentes estruturas sociais – derrubando assim o preconceito filosófico herdado do século XVIII de uma consciência idêntica em todos – genérica.

As leis da lógica formal (lei da não-contradição e lei do terceiro excluído ^{lxvii}), reconhecidas entre os viventes nas sociedades históricas, eram substituídas nas sociedades arcaicas pela mencionada participação mística. Isto é, além de não sofrer a constrição pelas conceituações racionais, a personalidade convulsiva dos primitivos mostra-se muito menos diferenciada, já que nela, como disse, "o outrem implica os animais, e os Nós-outros implicam tanto os vivos como os mortos". Daí a descoberta de que a pessoa humana não

permanece idêntica nas diferentes estruturas sociais. Aliás, nota-se que Levy-Bruhl chegou a essa descoberta antes de Linton e Kardiner ^{lxviii}.

Segundo Gurvitch, há um passo significativo da sociologia do conhecimento “em direção ao concreto e ao empírico” com a obra de Lucien Levy-Bruhl, que aborda a nossa disciplina “*sem ideias pré-concebidas do ponto de vista epistemológico*” ^{lxix}.

Seja como for, podemos ver que, para desenvolver a compreensão de que as ideias abstratas estão, a cada momento da sua história, em relação íntima com a estrutura social correspondente, a sociologia do conhecimento só avança na medida em que aprofunda nas correlações funcionais, elabora sua mirada diferencial e se libera dos preconceitos filosóficos inconscientes herdados do século XVIII, tais como a representação de um EU genérico, supostamente idêntico em todos, implicado na vontade geral de Rousseau, e na consciência transcendental de Kant, ainda preservada e cultivada na suposição improvável de etnólogos ditos estruturalistas como Claude Levy-Strauss ^{lxx} de que “*haveria uma estrutura lógica na base das sociedades*”. Ideia preconcebida essa que é absolutamente contrária à mirada diferencial, e defronta-se ao fato de que, deslocando toda a suposta coerência prévia, na realidade social, há as diversas perspectivas possíveis e até antinômicas que são postas para uma sociedade em vias de se fazer.

esf / rio

Perfil do autor



Jacob (J.) Lumier

Participó en la lucha social por la democracia en Brasil. Jacob (J.) Lumier es autor de ensayos sociológicos publicados con Bubok Publishing. Ha divulgado trabajos de sociología (a) en la Web de la Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura-OEI; (b) en la Web del Ministerio de Educación de Brasil Mec.br (Dominio Público); (c) en el Grupo Eumed.net de Ciencias Sociales de la Universidad de Málaga (España).

Ha enseñado sociología en la universidad particular y en la pública. Promovió, en junio de 2012, la proclamación de Sociólogos sem Fronteiras Rio de Janeiro – Sociologists without Borders - SSF/RIO, junto a la Cumbre de los Pueblos (Rio + 20). Divulgou artículos en la web del proyecto periodístico "Observatório da Imprensa", y en "Ciranda da Informação".



ssf / rio

NOTAS

i Gurvitch, Georges (1894-1965): “Los Marcos Sociales del Conocimiento”, Trad. Mário Giacchino, Monte Avila, Caracas, 1969, 289 pp. (1ª edição em Francês: Paris, Puf, 1966).

ii Os temas coletivos reais são observados por exemplo quando refletimos ou debatemos sobre nós, como tais ou em nossas situações e posições; sobre os agrupamentos que nos implicam em alguma escala, como as cidades, as fábricas, o Estado etc.; sobre as relações com essa ou aquela classe social; ou sobre as sociedades globais, como as nações, os blocos regionais e as sociedades planetárias, dentre outras. Daí a recorrência em sociologia dos debates sobre desenvolvimento, sobre desigualdades, sobre condições de vida, sobre dependência.

iii Ibid, ibidem.

iv Veja a análise dos tempos sociais em Gurvitch, Georges (1894-1965): “*Determinismos Sociais e Liberdade Humana: Em direção ao estudo sociológico dos caminhos da liberdade*”, Rio de Janeiro, Forense, 1968, 361 pp, traduzido da 2ª edição francesa de 1963. (1ª edição em Francês: Paris, PUF, 1955).

v Gurvitch, Georges (1894-1965): “*Los Marcos Sociales del Conocimiento*”, op.cit.

vi Pesquisa internacional confirmou a predominância intercontinental das redes P2P em 2010. <http://www.sandvine.com/downloads/documents/2010%20Global%20Internet%20Phenomena%20Report.pdf>

vii Sobre a noção econômica de valor vejam o artigo de Christian Höner na revista Krisis: “Quest-ce-que-la-valeur” <http://www.krisis.org/2004/quest-ce-que-la-valeur>

viii Gurvitch, Georges (1894-1965): “*Los Marcos Sociales Del Conocimiento*”, op.cit.

ix Weber, Max: *‘Ensaio de Sociologia-organização e introdução de Hans Gerth e Wrigth Mills’*, tradução Waltensir Dutra, revisão Fernando Henrique Cardoso, 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1971, 530 pp. (1ª edição em Inglês: Oxford University Press, 1946).

x Regulações sociais é preferível a “controles sociais” em razão de que a realidade social é constringente, comporta censuras sociais difusas, enquanto o termo “*controle*” tem conotação de coerção e repressão, implica a vigilância exercida pelos supervisores no mundo da fábrica e ambientes de trabalho em geral, portanto é um termo com origem e aplicação restrita ao sistema de produção e aos aparelhos organizados com hierarquias bem marcadas.

xi Gurvitch, Georges (1894-1965): *“Los Marcos Sociales Del Conocimiento”*, Op.cit. Sem embargo, alguns autores focados nas habilidades representam apressadamente que o objetivo de pesquisar o saber em correlações funcionais fora insuficiente, limitado ou tímido, como podem ver em Gunter W. Remmling (ed): *“Towards the Sociology of Knowledge”*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1973, 457 pags. Cf. págs. 289, 290.

xii Veja o livro de Stehr, Nico e Volker, Meja (editores): *Society and Knowledge - Contemporary Perspectives in the Sociology of Knowledge and Science*, 2nd Revised Edition, New Jersey (EUA), Transaction Publishers, 2009, p. 373,4.

xiii Cf. Gurvitch, Georges (1894-1965): *“Problemas de Sociologia do Conhecimento”*, In Gurvitch (Ed.) et Al. *“Tratado de Sociologia - Vol.2”*, op.cit. págs.145 a 189 (1ª edição Em Francês: PUF, Paris, 1960).

xiv Em oposição às teorias equivocadas que, sem diferenciá-la, incorrem na redução de qualquer sociabilidade à simples interdependência e interação recíproca, sociólogos notáveis como Durkheim (França) e Cooley (EUA) ensinaram que, por irredutíveis aos indivíduos, os fatos sociais exercem sobre eles uma preeminência psicológica e moral, e que, em consequência, todas as interações, todas as relações com outrem (interpessoais e intergrupais) são sempre fundadas sobre participações diretas ou fusões parciais em os Nós-outros, como totalidades, manifestações concretas da consciência coletiva. Ver Gurvitch, Georges (1894-1965): *“A Vocação Actual da Sociologia - vol. I: na senda da sociologia diferencial”* (La Vocation Actuelle De La Sociologie Tome 1: Vers La Sociologie Differentielle), tradução da 4ª edição francesa de 1968

por Orlando Daniel, Lisboa, Cosmos, 1979, 587 pp. (1ª edição em Francês: Paris, PUF, 1950).

xv Cf. Gurvitch, G. *“Dialectique et Sociologie”*, Paris, Flammarion, 1962, 312 pp., Col. Science.

xvi Veja Gurvitch, Georges (1894-1965): *“A Vocaçãõ Actual da Sociologia –vol.II: antecedentes e perspectivas”*, tradução da 3ª edição francesa de 1968 por Orlando Daniel, Lisboa, Cosmos, 1986, 567 págs. (1ª ed: Paris, PUF, 1957).

xvii Cf.: Gurvitch, Georges (1894-1965): *“Los Marcos Sociales del Conocimiento”*, op.cit.

xviii Ibid., ibidem.

xix Ibid., ibidem.

xx Ibid., ibidem.

xxi Em oposição às teorias equivocadas que, sem diferenciá-la, incorrem na redução de qualquer sociabilidade à simples interdependência e interação recíproca, sociólogos notáveis como Durkheim (França) e Cooley (EUA) ensinaram que, por irredutíveis aos indivíduos, os fatos sociais exercem sobre eles uma preeminência psicológica e moral, e que, em consequência, todas as interações, todas as relações com outrem (interpessoais e intergrupais) são sempre fundadas sobre participações diretas ou fusões parciais em os Nós-outros, como totalidades, manifestações concretas da consciência coletiva. (Vide Nota xiv)

xxii Os atos coletivos são intuições e juízos, presentes nas avaliações, debates e reflexões coletivas, inclusive as intuições intelectuais, emotivas, voluntárias dos Nós-outros, dos grupos, das sociedades globais. Em sociologia as ideias e os valores mais indispensáveis às obras de civilização (moral, direito, conhecimento, educação) somente se deixam ser acessíveis através dos atos coletivos. Basta lembrar que os atos coletivos constituem um dado básico de civilização à medida que guardam uma dimensão originária recorrente, constatada no estudo etnológico, a saber: a apreensão afetiva direta do ser, permitindo falar do estado em ato da realidade social dos Nós-outros, dos grupos, das classes, das sociedades, ultrapassando sua expressão conceitual. Ver Gurvitch, G: *“Los Marcos Sociales del Conocimiento”*, op.cit. Do mesmo autor: *“Dialectique et Sociologie”*, Paris, Flammarion, 1962, 312 pp., Col. Science.

xxiii Cf Gurvitch, Georges (1894-1965): “*Los Marcos Sociales Del Conocimiento*”, op.cit.

xxiv O termo “amplitudes” é aqui preferível a extensões ou a “distâncias sociais” em razão de implicar os tempos sociais. As amplitudes são concretas, apreendidas nos tempos sociais de que são inseparáveis, e são percebidas no conjunto das imagens do mundo que nelas são imbricadas, porém não são reduzidas às imagens. As amplitudes concretas são implicadas na seleção perceptiva dos objetos por critérios coletivos. A marcha dos temas coletivos reais vai se afirmar na medida em que “*uma quantidade considerável de percepções, ainda individuais, são controladas e sugeridas por critérios coletivos*”. Cf Gurvitch, Georges (1894-1965): “*Los Marcos Sociales Del Conocimiento*”, op.cit.

xxv A análise do sistema cognitivo da classe burguesa encontra-se desenvolvida em Gurvitch, G.: “*Los Marcos Sociales Del Conocimiento*”, op.cit.

xxvi Sobre os temas coletivos reais, ver acima Nota ij.

xxvii Para designar a forma mais complexa de sociabilidade, usamos a expressão clássica verificada em “*Casa Grande e Senzala*”, de Gilberto Freire, < Nós-outros >, e não somente a designação < Nós > desse pronome, mais comum, a fim de pôr em relevo o fato de que, em os Nós, encontra-se incluída a sociabilidade por relações com outrem e que essa designação complexa e essa compreensão não são invenções do sociólogo, mas uma compreensão afirmada na própria língua portuguesa, uma realidade social.

xxviii Cf. Gurvitch, G. “*Dialectique et Sociologie*”, op.cit.

xxix Gurvitch, Georges (1894-1965): “*Los Marcos Sociales Del Conocimiento*”, op.cit.

xxx Para informação básica, veja “Cognition”, na Wikipedia.

xxxi Cf. Gurvitch, Georges (1894-1965): “*Problemas de Sociologia do Conhecimento*”, In Gurvitch (Editor) et al. “*Tratado de Sociologia – Vol.2*”, Tradução: Ma. José Marinho, Revisão: Alberto Ferreira, Iniciativas Editoriais, Porto 1968, Págs. 145 a 189 – 1ª edição em Francês: PUF, Paris, 1960 – Ver pág.149.

xxxii Gurvitch, Georges (1894-1965): “*A Vocaçào Actual da Sociologia - vol. I: na senda da sociologia diferencial*” (La Vocation Actuelle De La Sociologie Tome 1: Vers La Sociologie Differentielle), tradução da 4ª edição francesa de 1968 por Orlando Daniel,

Lisboa, Cosmos, 1979, 587 pp. (1ª edição em Francês: Paris, PUF, 1950), op.cit.

xxxiii Gurvitch, G.: *A Vocaç o Actual da Sociologia Vol.II*, op.cit.

xxxiv Ibid, ibidem.

xxxv Ibid, ibidem.

xxxvi A expressão conceitual do pronome “ele” não deve ser grafado em maiúsculas. O pronome ele se refere a um terceiro, um outro distante, não aqui, junto do Eu e do Tu. Desta forma, o “ele” em minúsculas já é uma expressão conceitual, já expressa o conceito de um sujeito distante, de quem se fala, mas não com quem se fala como   o caso do Eu e do Tu, cuja expressão conceitual se redige em letras maiúsculas para não localizar no texto um momento presente, uma conversa paralela, um “aqui e agora”.

xxxvii Gurvitch, Georges (1894-1965): “*A Vocaç o Actual da Sociologia –vol.II: antecedentes e perspectivas*”, op.cit.

xxxviii A compreensão de que as sensa es particulares não passam de abstrações intelectuais de totalidades apreendidas intuitivamente, descoberta pela teoria psicológica da forma ou *Gestalttheorie* ao demonstrar toda a impossibilidade na redução da consciência a sensa es dispersas, combinada às demais teorias de consciência aberta (Bergson, Husserl, Bachelar), tornou-se uma compreensão básica em ciências humanas. Sua aplicação em sociologia deu lugar ao hiperempirismo dial tico e   descoberta dos fenômenos psíquicos totais. Cf. Gurvitch: “*Dialectique et Sociologie*”, op.cit. Cf. Gurvitch et al.: “*Tratado de Sociologia – Vol.2*”, Revisão: Alberto Ferreira, Iniciativas Editoriais, Porto 1968, (1ªediç o Em Franc s: PUF, Paris, 1960). Cf. Lumier, Jacob (J.): “*Psicologia e Sociologia*”, e-book, pdf 158 p gs, OEI, 2008, link <http://www.oei.es/noticias/spip.php?article2005>

xxxix Ver: Gurvitch, Georges: *A Vocaç o Actual da Sociologia - vol. I*, Op. Cit. Ver também do mesmo autor: “*O Conceito de Fen menos Ps quicos Totais*” in “*Tratado de Sociologia - Vol.2*”, op.cit.

xl Gurvitch, G.: “*Los Marcos Sociales Del Conocimiento*”, op.cit; do mesmo autor: “*Dialectique et Sociologie*”, op.cit.

xli A realidade dos níveis culturais na vida coletiva – os níveis simbólicos e significativos, as ideias, os valores e os ideais – desempenha um papel de primeiro plano que ultrapassa a considera o dogmática dos mesmos como simples epifenômenos, projeções ou

produtos, mas põe em relevo que a consciência coletiva os apreende, sendo, portanto, uma consciência situada no ser, intuitiva e capaz de se multiplicar em um mesmo quadro social.

xlii Wright Mills, C.: *‘Consecuencias Metodológicas de la Sociología del Conocimiento’*, in Horowitz, I.L. (organizador): *‘Historia y Elementos de la Sociología del Conocimiento – tomo I’*, artigo extraído de Wright Mills, C.: *‘Power, Politics and People’*, New York, Oxford University Press, 1963; tradução Noemi Rosenblat, Buenos Aires, EUDEBA, 3ª edição, 1974, pp.143 a 156.

xliii Ver Pesquisa do Laboratório de Sociologia do Conhecimento publicada como Anexo in Gurvitch, G.: *“Los Marcos Sociales Del Conocimiento”*, op. cit.

xliv No fenômeno da identificação em vez de duas ou mais consciências só uma resta. Na identificação heteropática se afirma a consciência com a qual nos identificamos; na identificação idiopática se afirma a consciência do sujeito que identifica Outrem ou Nós consigo próprio. Note que o fenômeno da identificação nada tem a ver nem com a identidade dos conteúdos nem com a identidade das próprias consciências, nem, finalmente com a ligação das consciências por uma participação recíproca. Cf. Lumier, Jacob (J.): *“Psicología e Sociología”*, e-book, pdf 158 págs, OEI, 2008, link < <http://www.oei.es/noticias/spip.php?article2005> >

xlv Como sabem, as obras de civilização como o direito, a moral, o conhecimento, a educação, funcionam como regulamentações sociais produzidas pelas unidades coletivas reais em sua formação como grupos, classes, sociedades. Todo o agrupamento social particular, em especial os agrupamentos funcionais – tais como afinidade fraternal: de situação econômica, crença, gosto, interesse; parentesco; localidade; atividade econômica; atividade não-lucrativa; místico-extáticos – têm obras a realizar que sustentam sua unidade coletiva em torno de uma ideia do direito, uma compreensão das verdades dos conhecimentos, uma luta contra os obstáculos ao esforço humano como tendência à realização, digna de reconhecimento e aprovação desinteressada. Tais regulamentações sociais, embora sejam fatores constringentes para a participação na realidade social, estão muito longe de serem projetados ao papel de adaptadores ou integradores nas situações históricas.

xlvi- Dilthey, Wilhelm: *“Introducción a las Ciencias del Espíritu: em la que se trata de fundamentar el estudio de la sociedad y de la*

historia”, tradução e prólogo por Eugenio ÍMAZ, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, 485pp. (1ªe. em Alemão, 1883).

xlvi- Gurvitch, Georges (1894-1965): “*Problemas de Sociologia do Conhecimento*”, In Gurvitch (Ed.) et Al. “*Tratado de Sociologia - Vol.2*”, op.cit. págs.145 a 189 (1ªedição Em Francês: PUF, Paris, 1960). Cf. pág. 161.

xlviii- Mannheim, Karl (1893–1947): « *Ideologia e Utopia: uma introdução à sociologia do conhecimento* », tradução Sérgio Santeiro, revisão César Guimarães, Rio de Janeiro, Zahar editor, 2ª edição, 1972, 330 pp. (1ª edição em Alemão, Bonn, F.Cohen, 1929; 2ª edição remodelada em Inglês, 1936).

xlix- Gurvitch, Georges (1894-1965): “*Dialectique et Sociologie*”, op.cit.

I Ver Lumier, Jacob (J.): “*A Utopia do Saber Desencarnado*”: Bubok, 106 págs, Outubro 2013, Obra registrada no Safe Creative: Licencia: Todos los derechos reservados

li Wright Mills, C.: ‘Consecuencias Metodológicas de la Sociología del Conocimiento’, in Horowitz, I.L. (organizador): ‘Historia y Elementos de la Sociología del Conocimiento – tomo I’, op. cit.

lii Veja Gurvitch, Georges (1894-1965): “*Dialectique et Sociologie*”op. cit

liii Kolakowski, Leszek: “ *A Presença do Mito* ”, tradução José Viegas Filho, apresentação J.G.Merquior, Brasília, editora Universidade de Brasília, 1981, 112 pp. (1ª edição em Polonês, 1972). Cf. págs. 75 e 91.

liv Kolakowski não leva em conta que a afirmação do significado em sua autonomia relativa a respeito do significante - ou do simbolizado a respeito do simbolizante- seja também a antecipação no presente de um tempo futuro, seja também “um futuro atual”. Daí sua equivocada aceitação da alegoria.

lv Bachelard, Gaston: “*O Novo Espírito Científico*”, São Paulo, ed.Abril, 1974, coleção “*Os Pensadores*”, vol.XXXVIII, pp.247 a 338 (1ªedição em Francês, 1935).

lvi Veja Gurvitch, Georges (1894-1965): “*Dialectique et Sociologie*”op. cit

lvii Gurvitch, G: Los Marcos Sociales del Conocimento, op.cit, cap. 1 e passim.

lviii Ibid, ibidem.

lix Tal influência do conhecimento técnico não reduz a especificidade dos demais gêneros do conhecimento, mas revela a tentativa de tecnificação do saber como característica da ascensão da tecnoburocracia.

lx Wittgenstein, Ludwig (1889 – 1951): *Tractadus Logico-Philosophicus*, Tradução Pierre Klossowski, Introdução Bertrand Russell, Paris, Gallimard, 1961, 177 Pp. (1ª edição Em Alemão : 1921).

lxi Marx, Karl (1818 - 1883): 'Le Capital-Livre I', traduzido em 1872 por J.Roy, com apresentação de Louis Althusser, Paris, Garnier-Flammarion, 1969, 699 págs. (1ª Edição em Alemão: 1867).

lxii Gurvitch, G (1894-1965): "*Los Marcos Sociales del Conocimiento*", op.cit.

lxiii Wright Mills, C.: '*Consecuencias Metodológicas de la Sociología del Conocimiento*', op. cit.

lxiv Regulamentações sociais é preferível a "controles sociais" em razão de que a realidade social é constringente, comporta censuras sociais difusas, enquanto o termo "controle" tem conotação de coerção e repressão, implica a vigilância exercida pelos supervisores no mundo da fábrica e ambientes de trabalho em geral.

lxv Hoje em dia cresce a consciência de que a administração empresarial e corporativa não pode ser impositiva nem agredir os direitos humanos e sociais. Embora as empresas no Brasil tenham acentuado o aspecto assistencialista e ambientalista, o movimento internacional pela responsabilidade social empresarial (RSE) revela que a consciência administrativa se abriu ao mundo do trabalho e passou a repelir como condenáveis todas as práticas arbitrárias contra os subordinados, fazendo ver que a RSE implica notadamente reconhecer os direitos humanos, os direitos sociais e os direitos econômicos. As supostas boas lógicas administrativas nem sempre são socialmente eficazes. E a tecnificação do saber e dos controles sociais acontece exatamente pela imposição de concepções lógicas. Por contra, os melhoramentos mais eficazes são aqueles tirados da própria realidade social existente. Além disso, deve ser resgatada a afirmação espontânea do equilíbrio parcial entre as prerrogativas de uns e as obrigações de outros, como foco da vida do Direito que se inclui nas manifestações da sociabilidade.

lxvi Lembrem que não somente a capacidade em distinguir as semelhanças e as diferenças constitui um fato social básico, mas também é básico o reconhecimento coletivo de que as relações de

aproximação ou afastamento com os outros são feitas de semelhanças e diferenças, o que confirma a constatação de Durkheim de que as categorias lógicas, como o princípio da identidade e do terceiro excluído, são sociais em segundo grau.

Ixvii Uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo; uma proposição P exclui em alternativa a não-P.

Ixviii Gurvitch Georges (1894-1965): “*Problemas de Sociologia do Conhecimento*”, In Gurvitch (Ed.) et Al. “*Tratado de Sociologia - Vol.2*”, 1968, pp.145 a 189 (1ªedição em Francês: Paris, PUF,1960). op.cit.

Ixix Ibid., ibidem

Ixx Para Bourdieu, Levy-Strauss é censurável (a)- por “esquecer-se” de utilizá-lo e sobretudo (b)- por “incluir” o princípio da relação (ou correlação) entre as estruturas dos sistemas simbólicos e as estruturas sociais, princípio do qual se utilizou, “*dentre as explicações demasiado fáceis e ingenuamente projetivas*” -tornadas desprezadas por Levy-Strauss como referências de uma “leitura externa”, que ele passou a rejeitar em favor das interpretações alegóricas (cf. Bourdieu, Pierre: “*A Economia das Trocas Simbólicas*”, São Paulo, Editora Perspectiva, 1974, 361pp. ,p.33).



ssb / rio

ssf / 1410



Este artigo examina o conhecimento de que fazemos a experiência nos debates, avaliações e reflexões dos temas coletivos reais..